TesouroNacional

Maio/2016
Vol. 22, N. 5

Resultado do **Tesouro Nacional**

Brasília
Junho/2016

MINISTRO DA FAZENDA
Henrique de Campos Meirelles

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Eduardo Refinetti Guardia

SECRETÁRIA DO TESOURO NACIONAL
Ana Paula Vitali Janes Vescovi

SUBSECRETÁRIOS
Gildenora Batista Dantas Milhomem
José Franco Medeiros de Morais
Líscio Fábio de Brasil Camargo
Paulo José dos Reis Souza
Pricilla Maria Santana
William Baghdassarian

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Alex Pereira Benício

EQUIPE
Diego Oliveira Faria
Fábio Felipe Dáquilla Prates
Felipe Palmeira Bardella
Fernando Almeida Barbalho
Gabriel Gdalevici Junqueira
Guilherme Ceccato
Karla de Lima Rocha
Jailison Weilly Silveira
Vitor Henrique Barbosa Fabel

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:
Tel: (61) 3412-2203
Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: http://www.tesouro.gov.br

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 22, n. 5 (Maio 2016). – Brasília : STN, 1995_.

Mensal.
Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.
ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Sumário

Resultado Fiscal do Governo Central....5

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior....6

Receitas do Governo Central....7

Transferências do Tesouro Nacional....8

Despesas do Governo Central....9

Previdência Social....12

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior....13

Receitas do Governo Central....14

Transferências do Tesouro Nacional....15

Despesas do Governo Central....16

Previdência Social....17

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior....18

Receitas do Governo Central....19

Transferências do Tesouro Nacional....20

Despesas do Governo Central....21

Previdência Social....22

Lista de Tabelas*

Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano....5

Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano....6

Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano....7

Tabela 1.4 - Dividendos e Participações - Resultado Acumulado no Ano....8

Tabela 1.5 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Acumulado no Ano....8

Tabela 1.6 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano....9

Tabela 1.7 - Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo - Resultado Acumulado no Ano....10

Tabela 1.8 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Operações Oficiais de Crédito - Resultado Acumulado no Ano....11

* a preços constantes exceto Tabela 1.1

Tabela 1.8 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Acumulado no Ano....12

Tabela 1.9 - Resultado Primário da Previdência Social - Urbano e Rural - Resultado Acumulado no Ano....12

Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior....13

Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior....14

Tabela 2.3 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior....15

Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior....16

Tabela 2.5 - Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo- Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior....16

Tabela 2.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior....17

Tabela 3.1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior....18

Tabela 3.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior....19

Tabela 3.3 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior....20

Tabela 3.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior....21

Tabela 3.5 - Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo- Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior....21

Tabela 3.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior....22

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Execução de Restos a Pagar....10

Gráfico 2 - Benefícios Emitidos pela Previdência....13

Gráfico 3 - Base de Cálculo Transferências Constitucionais....16

Boxes desta Edição

Boxe 1 - Alteração da Meta de Resultado Primário e Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – Maio de 2016....23

Boxe 2 - Estatísticas Fiscais Trimestrais de Governo Geral....25

Resultado Fiscal do Governo Central

Análise do Resultado Primário do Governo Central
A Preços Correntes

R$ Milhões - Preços Correntes

Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2015/2016

Discriminação	R$ Milhões		Variação			R$ Milhões		Variação		
	Jan-Mai 2015	Jan-Mai 2016	Dife-rença	% Nomi-nal	% Real (IPCA)	Mai 15	Mai 16	Dife-rença	% Nomi-nal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	528.717,8	544.918,8	16.201,0	3,1%	-6,1%	97.056,8	96.505,2	-551,6	-0,6%	-9,0%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPART. DE RECEITA	91.129,9	88.685,0	-2.445,0	-2,7%	-11,5%	19.630,2	20.227,0	596,8	3,0%	-5,7%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	437.587,9	456.233,9	18.646,0	4,3%	-5,0%	77.426,6	76.278,2	-1.148,4	-1,5%	-9,9%
IV. DESPESA TOTAL	431.099,2	480.004,1	48.904,9	11,3%	1,4%	85.500,7	91.771,9	6.271,3	7,3%	-1,8%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	6.488,7	-23.770,2	-30.258,9	-	-	-8.074,1	-15.493,8	-7.419,7	91,9%	75,5%
Tesouro Nacional e Banco Central	33.961,7	25.962,0	-7.999,6	-23,6%	-30,3%	-1.762,9	-3.254,5	-1.491,5	84,6%	68,9%
Previdência Social (RGPS)	-27.472,9	-49.732,2	-22.259,3	81,0%	64,6%	-6.311,1	-12.239,3	-5.928,2	93,9%	77,4%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	0,3%	-1,0%	-	-	-	-	-	-	-	-
Memorando:										
Resultado do Tesouro Nacional	34.459,2	26.320,0	-8.139,2	-23,6%	-30,3%	-1.505,0	-3.138,8	-1.633,8	108,6%	90,8%
Resultado do Banco Central	-497,6	-358,0	139,6	-28,1%	-34,0%	-257,9	-115,7	142,2	-55,1%	-93,0%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-27.472,9	-49.732,2	-22.259,3	81,0%	64,6%	-6.311,1	-12.239,3	-5.928,2	93,9%	77,4%

Fonte: Tesouro Nacional.
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em maio de 2016, o resultado primário do Governo Central, a preços correntes, foi deficitário em R$ 15,5 bilhões, contra déficit de R$ 8,1 bilhões em maio de 2015. Esta evolução é explicada pelo aumento de R$ 6,3 bilhões (7,3%) na despesa total e pela diminuição de R$ 1,1 bilhão (1,5%) na receita líquida. Em termos reais, a despesa total apresentou redução de 1,8% e a receita líquida de 9,9%, influenciada pela arrecadação de outorga dos setores aeroportuários e de telecomunicações em maio de 2015, sem contrapartida este ano.

Comparativamente ao acumulado até maio de 2015, também a preços correntes, houve decréscimo de R$ 30,3 bilhões no resultado primário do Governo Central, que passou de superávit de R$ 6,5 bilhões em 2015 para déficit de R$ 23,8 bilhões neste ano. Este resultado é explicado pelo crescimento de R$ 48,9 bilhões (11,3%) na despesa total, parcialmente compensado pela elevação de R$ 18,6 bilhões (4,3%) na receita líquida. Em termos reais, a receita líquida apresentou redução de 5,0% e a despesa total elevação de 1,4%. O aumento da despesa total decorre, em grande medida, da nova sistemática de pagamento de subsídios e subvenções estabelecida em conformidade com os Acórdãos nº 825/2015 e nº 3.297/2015 (vide Boxe 1 do Boletim RTN de dezembro de 2015), da evolução dos pagamentos de Benefícios Previdenciários e do calendário de pagamento do abono salarial (resolução Codefat nº 748/2015).

Resultado do Governo Central

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

A Preços Constantes de Maio de 2016 (IPCA)

Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2015/2016

Discriminação	Jan-Mai		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	588.849,2	552.739,3	-36.109,9	-6,1%
I.1 Receita Administrada pela RFB	371.822,5	345.610,9	-26.211,6	-7,0%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	-10,6	-10,6	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	154.294,8	144.224,7	-10.070,1	-6,5%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	62.732,0	62.914,3	182,3	0,3%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPART. DE RECEITA	101.521,8	89.871,6	-11.650,3	-11,5%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	487.327,4	462.867,8	-24.459,6	-5,0%
IV. DESPESA TOTAL	479.894,3	486.721,9	6.827,6	1,4%
IV.1 Beneficios Previdenciários	184.887,2	194.586,7	9.699,5	5,2%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	102.413,2	99.545,2	-2.867,9	-2,8%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	79.638,4	85.385,0	5.746,6	7,2%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	112.955,5	107.204,9	-5.750,5	-5,1%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL ˆ FSB	-	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	7.433,2	-23.854,1	-31.287,3	-
Tesouro Nacional e Banco Central	38.025,6	26.507,9	-11.517,8	-30,3%
Previdência Social (RGPS)	-30.592,5	-50.362,0	-19.769,5	64,6%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	38.576,4	26.871,5	-11.704,9	-30,3%
Resultado do Banco Central	-550,8	-363,6	187,2	-34,0%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-30.592,5	-50.362,0	-19.769,5	64,6%

Fonte: Tesouro Nacional.
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A preços constantes de maio de 2016, comparativamente a 2015, houve decréscimo de R$ 31,3 bilhões no resultado primário acumulado do Governo Central, que passou de superávit de R$ 7,4 bilhões nos cinco primeiros meses de 2015 para déficit de R$ 23,8 bilhões neste ano. Esse resultado é explicado pela redução da receita líquida (5,0%), e pelo aumento da despesa total (1,4%).

O decréscimo da receita líquida decorre da redução de R$ 26,2 bilhões (7,0%) na receita administrada pela RFB e da queda de R$ 10,1 bilhões (6,5%) na arrecadação líquida para o RGPS. Por outro lado, as transferências por repartição de receita reduziram-se em R$ 11,7 bilhões (11,5%), enquanto a receita não administrada pela RFB ficou estável em termos reais.

O aumento da despesa total é explicado, principalmente, pela elevação dos Benefícios Previdenciários (R$ 9,7 bilhões, 5,2%) e das Outras Despesas Obrigatórias (R$ 5,7 bilhões, 7,2%). Neste item, destaca-se a despesa com Subsídios, Subvenções e Proagro, que cresceu R$ 6,9 bilhões (106,9%) em relação ao acumulado de 2015, em virtude da nova sistemática de pagamento estabelecida em conformidade com os Acórdãos nº 825/2015 e nº 3.297/2015 (vide Boxe 1 do Boletim RTN de dezembro de 2015).

Receitas do Governo Central

R$ Milhões - A Preços de Maio de 2016 (IPCA)

Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2015 / 2016

Discriminação	Jan-Mai		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	588.849,2	552.739,3	-36.109,9	-6,1%
I.1 Receita Administrada pela RFB	371.822,5	345.610,9	-26.211,6	-7,0%
Imposto de Importação	18.199,6	13.561,0	-4.638,6	-25,5%
IPI	22.431,7	17.551,2	-4.880,5	-21,8%
Imposto de Renda	156.003,8	146.645,5	-9.358,3	-6,0%
IOF	15.407,5	14.268,7	-1.138,8	-7,4%
COFINS	93.644,5	87.227,8	-6.416,7	-6,9%
PIS/PASEP	24.891,8	23.328,7	-1.563,2	-6,3%
CSLL	34.429,7	34.575,8	146,1	0,4%
CPMF	0,3	1,9	1,6	-
CIDE Combustíveis	6,8	2.717,1	2.710,3	-
Outras	6.806,7	5.733,3	-1.073,4	-15,8%
I.2 Incentivos Fiscais	-	-10,6	-10,6	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	154.294,8	144.224,7	-10.070,1	-6,5%
Urbana	151.228,1	140.998,3	-10.229,8	-6,8%
Rural	3.066,7	3.226,4	159,7	5,2%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	62.732,0	62.914,3	182,3	0,3%
Concessões e Permissões	4.303,0	13.654,7	9.351,7	217,3%
Dividendos e Participações	3.224,1	801,4	-2.422,7	-75,1%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	5.056,2	4.602,4	-453,8	-9,0%
Cota-Parte de Compensações Financeiras	13.562,1	9.453,1	-4.109,0	-30,3%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	6.271,7	5.526,4	-745,3	-11,9%
Contribuição do Salário Educação	9.635,4	8.959,1	-676,3	-7,0%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	2.092,1	2.273,9	181,7	8,7%
Operações com Ativos	-	209,7	209,7	-
Demais Receitas	18.587,3	17.433,7	-1.153,6	-6,2%

Fonte: Tesouro Nacional.
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A receita total do Governo Central apresentou decréscimo real de R$ 36,1 bilhões (6,1%) em relação ao acumulado até maio de 2015. Essa diminuição é explicada pela redução de R$ 26,2 bilhões (7,0%) na receita administrada pela RFB e pela queda de R$ 10,1 bilhões (6,5%) na arrecadação líquida para o RGPS.

O decréscimo na receita administrada pela RFB foi influenciado pela arrecadação extraordinária de R$ 4,6 bilhões, em fevereiro de 2015, decorrente da transferência de ativos entre empresas, sem contrapartida em 2016 e pelo desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciaram a arrecadação. As principais variações da receita administrada pela RFB foram nos seguintes itens:

- redução de R$ 6,4 bilhões (6,9%) na receita da Cofins e de R$ 1,6 bilhão (6,3%) do PIS/Pasep: efeito conjugado do (i) decréscimo real de 9,73% do volume de vendas de bens e de 4,88% do volume de vendas de serviços na comparação dos períodos de dezembro de 2015 a abril de 2016 e de dezembro de 2014 a abril de 2015 (PMC-IBGE); (ii) redução do volume de importações; (iii) elevação das alíquotas incidentes sobre gasolina e diesel, com reflexo na arrecadação a partir de março de 2015; (iv) arrecadação extraordinária da Cofins de R$ 1,1 bilhão, em fevereiro de 2015, em decorrência de transferência de ativos entre empresas, sem contrapartida em 2016;
- diminuição de R$ 4,9 bilhões (21,8%) na arrecadação com o IPI: influenciado, principalmente, pela redução de 10,79% na produção industrial de dezembro de 2015 a abril de 2016 em relação a dezembro de 2014 a abril de 2015;
- redução de R$ 4,6 bilhões (25,5%) no Imposto de Importação: efeito conjugado da redução do valor em dólares das importações, bem como redução na alíquota média efetiva, e elevação na taxa média de câmbio;

R$ Milhões - A Preços de Maio de 2016 (IPCA)

Tabela 1.4 - Dividendos e Participações - Brasil - 2015 / 2016

Discriminação	Jan-Mai 2015	Jan-Mai 2016
Banco do Brasil	1.474,0	472,6
BNB	243,9	9,5
BNDES	0,0	0,0
Caixa	1.189,8	57,9
Correios	0,0	0,0
Eletrobrás	0,0	0,0
IRB	98,2	59,3
Petrobras	0,0	0,0
Demais	218,1	202,0
Total	3.224,1	801,4

Fonte: Tesouro Nacional.
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

- decréscimo de R$ 5,0 bilhões (8,2%) em IRPJ e de R$ 146,1 milhões (0,4%) em CSLL: explicado por decréscimos reais nos recolhimentos por estimativa e por lucro presumido e pela arrecadação extraordinária de R$ 3,5 bilhões, em fevereiro de 2015, advinda da transferência de ativos entre empresas, sem contrapartida em 2016; e

- crescimento de R$ 2,7 bilhões na arrecadação da CIDE-Combustíveis: devido à alteração das alíquotas sobre gasolina e diesel estabelecida pelo Decreto nº 8.395/2015 a partir de maio de 2015 (anteriormente com alíquota zero).

As principais variações da receita não administrada pela RFB foram nos seguintes itens:

- elevação de R$ 9,4 bilhões (217,3%) nas receitas de concessões: explicado principalmente pelo recebimento no mês de janeiro de 2016 da maior parte do bônus de outorga referente a concessão de 29 usinas hidrelétricas, realizada por meio de leilão em novembro de 2015; e

- redução de R$ 4,1 bilhões (30,3%) em Cota Parte de Compensações Financeiras: efeito dos fatores determinantes da base de incidência do tributo, dentre eles a queda no preço internacional do petróleo.

- diminuição da arrecadação de Dividendos e Participações (R$ 2,4 bilhões, 75,1%).

Transferências do Tesouro Nacional

As transferências por repartição de receita apresentaram, em seu conjunto, decréscimo real de R$ 11,7 bilhões (11,5%), em relação ao acumulado até maio de 2015, passando de R$ 101,5 bilhões em 2015 para R$ 89,9 bilhões neste ano. As principais reduções ocorreram nas transferências relativas aos seguintes itens:

R$ Milhões - A Preços de Maio de 2016 (IPCA)

Tabela 1.5 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2015/2016

Discriminação	Jan-Mai 2015	Jan-Mai 2016	Variação Diferença	Variação % Real (IPCA)
II . TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	101.521,8	89.871,6	-11.650,3	-11,5%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	83.008,8	73.881,2	-9.127,5	-11,0%
II.2 Fundos Constitucionais	2.676,5	3.196,2	519,7	19,4%
Repasse Total	5.499,1	4.905,1	-594,0	-10,8%
Superávit dos Fundos	-2.822,7	-1.709,0	1.113,7	-39,5%
II.3 Contribuição do Salário Educação	6.820,8	5.360,0	-1.460,8	-21,4%
II.4 Compensações Financeiras	8.808,8	6.468,6	-2.340,2	-26,6%
II.5 CIDE - Combustíveis	8,8	747,1	738,3	-
II.6 Demais	198,1	218,4	20,3	10,3%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração

- diminuição de R$ 9,1 bilhões (11,0%) em FPM / FPE / IPI-EE, explicada pela diminuição da arrecadação de tributos compartilhados, como IR e IPI;

- decréscimo de R$ 2,3 bilhões (26,6%) em Compensações Financeiras: redução da receita de cota parte de compensações financeiras, explicada pelo comportamento dos fatores determinantes da base de incidência do tributo compartilhado, dentre eles o preço internacional do petróleo; e

- redução de R$ 1,5 bilhão (21,4%) referente às transferências da Contribuição do Salário Educação.

Por sua vez, a principal elevação no período foi nas transferências no âmbito da Cide-Combustíveis (R$ 738,3 milhões), devido ao crescimento da arrecadação do tributo em virtude da elevação de alíquotas por meio do Decreto nº 8.395/2015 a partir de maio de 2015.

Despesas do Governo Central

R$ Milhões - A Preços de Maio de 2016 (IPCA)

Tabela 1.6 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2015 / 2016

Discriminação	Jan-Mai		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	479.894,3	486.721,9	6.827,6	1,4%
IV.1 Benefícios Previdenciários	184.887,2	194.586,7	9.699,5	5,2%
Benefícios Previdenciários - Urbano	143.419,2	151.740,9	8.321,6	5,8%
Benefícios Previdenciários - Rural	41.468,0	42.845,8	1.377,8	3,3%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	102.413,2	99.545,2	-2.867,9	-2,8%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	79.638,4	85.385,0	5.746,6	7,2%
Abono e Seguro Desemprego	19.962,7	25.966,7	6.004,0	30,1%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	19.600,9	20.447,4	846,5	4,3%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	2.648,8	2.274,0	-374,8	-14,1%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	1.395,4	2.128,1	732,6	52,5%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	12.620,9	10.181,7	-2.439,1	-19,3%
FUNDEB (Complem. União)	8.796,4	6.912,8	-1.883,6	-21,4%
Fundo Constitucional DF	3.585,1	431,5	-3.153,6	-88,0%
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	620,0	570,0	-50,0	-8,1%
Subsídios, Subvenções e Proagro	6.441,5	13.329,4	6.887,9	106,9%
Demais[1]	3.966,7	3.143,5	-823,2	-20,8%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	112.955,5	107.204,9	-5.750,5	-5,1%
Discricionárias Executivo	107.755,1	102.313,0	-5.442,1	-5,1%
PAC	18.653,7	16.687,0	-1.966,7	-10,5%
d/q MCMV	6.694,8	2.602,0	-4.092,8	-61,1%
Emissões de TDA	89,8	78,4	-11,5	-12,8%
Demais	89.011,6	85.547,7	-3.463,9	-3,9%
Discricionárias LEJU/MPU	5.200,4	4.891,9	-308,5	-5,9%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital[2]	144.791,5	132.664,7	-12.126,8	-8,4%
Outras Despesas de Custeio	118.413,8	109.661,2	-8.752,6	-7,4%
Outras Despesas de Capital	26.377,6	23.003,5	-3.374,1	-12,8%

Fonte: Tesouro Nacional.
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. A rubrica Demais dentro de Outras Despesas Obrigatórias é formada a partir da composição das seguintes despesas: Anistiados, Apoio Fin. EE/MM, Auxílio CDE, Benefícios de Legislação Especial e Indenizações, Convênios, Doações, Fabricação de Cédulas e Moedas, FDA/FDNE, Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00), Reserva de Contingência, Ressarcimento Estados e Municípios Combustíveis Fósseis, Transferências ANA e Transferências Multas ANEEL.
2. Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

A despesa total do Governo Central aumentou R$ 6,8 bilhões (1,4%) em relação ao acumulado até maio de 2015. Destaca-se o crescimento de R$ 5,7 bilhões (7,2%) em Outras Despesas Obrigatórias e o acréscimo de R$ 9,7 bilhões (5,2%) nos Benefícios Previdenciários. No sentido contrário, ressalte-se a redução de R$ 5,8 bilhões (5,1%) nas Despesas Discricionárias - Todos os Poderes e a diminuição de R$ 2,9 bilhões (2,8%) em Pessoal e Encargos Sociais. As principais variações ocorreram nos seguintes itens:

R$ Milhões - A Preços de Maio de 2016 (IPCA)

Tabela 1.7 - Demais Despesas Discricionárias - Poder Executivo - Brasil - 2015/2016

Discriminação	Jan-Mai		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
TOTAL	89.011,6	85.547,7	-3.463,9	-3,9%
Ministério da Saúde	40.635,5	38.920,9	-1.714,6	-4,2%
Ministério da Educação	15.364,4	14.001,8	-1.362,5	-8,9%
Ministério do Desenvolvimento Social	13.832,3	12.514,7	-1.317,7	-9,5%
Ministério da Defesa	4.714,8	5.890,1	1.175,2	24,9%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	2.270,2	1.991,9	-278,3	-12,3%
Demais órgãos do Executivo	12.194,3	12.228,2	33,9	0,3%

- aumento de R$ 9,7 bilhões (5,2%) com Benefícios Previdenciários (vide página 12);

- aumento de R$ 6,9 bilhões (106,9%) em Subsídios, Subvenções e Proagro: elevação dos pagamentos vinculados ao Programa de Sustentação do Investimento – PSI (incremento de R$ 2,9 bilhões, 124,5%), Pronaf (aumento de R$ 2,5 bilhões, 354,4%) e equalização de investimento rural agroindustrial (incremento de R$ 1,8 bilhão). Esses aumentos decorrem, em grande medida, da nova sistemática de pagamento de subsídios e subvenções estabelecida em conformidade com os Acórdãos nº 825/2015 e nº 3.297/2015 (vide Boxe 1 do Boletim RTN de dezembro de 2015);

- elevação de R$ 6,0 bilhões (30,1%) em Abono e Seguro Desemprego, reflexo do calendário de pagamento do Abono salarial definido na Resolução CODEFAT nº 748/2015;

- diminuição de R$ 5,4 bilhões (5,1%) nas despesas Discricionárias – Executivo: em particular com o PAC (R$ 2,0 bilhões, 10,5%), com os Ministérios da Saúde (R$ 1,7 bilhão, 4,2%) e da Educação (R$ 1,4 bilhão, 8,9%), respeitados os limites constitucionais, e com o Ministério do Desenvolvimento Social (R$ 1,3 bilhão, 9,5%);

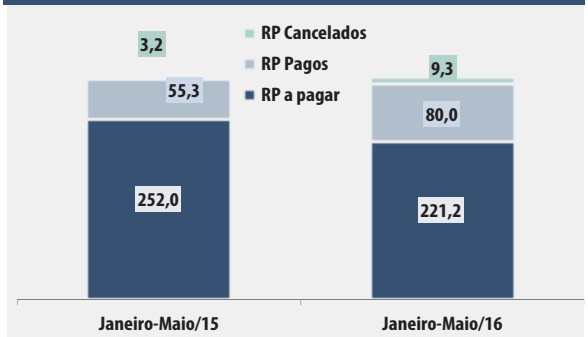
- decréscimo de R$ 3,2 bilhões (88,0%) no Fundo Constitucional do DF (vide boxe 1 do RTN de janeiro/2016);

- diminuição de R$ 2,9 bilhões (2,8%) em Pessoal e Encargos Sociais;

- redução de R$ 1,9 bilhão (21,4%) nas despesas do FUNDEB; e

- decréscimo de R$ 1,3 bilhão (90,1%) no Auxílio CDE.

Gráfico 1. Execução de Restos a Pagar - Preços de Maio de 2016 (IPCA)
Brasil - 2015/2016 - R$ Bilhões



O montante de restos a pagar (RP) pagos de janeiro a maio de 2016 relativos a despesas discricionárias com custeio, investimento e inversões, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e crédito extraordinário, segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, correspondeu a R$ 80,0 bilhões, contra R$ 55,3 bilhões no mesmo período do ano anterior.

R$ Milhões - A Preços de Maio de 2016 (IPCA)

Tabela 1.8 - Subsídios, Subvenções e Proagro - Brasil - 2015/2016				
Discriminação	Jan-Mai		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
Agricultura	2.858,9	7.055,6	4.196,7	146,8%
Equalização de custeio agropecuário	899,3	1.199,9	300,6	33,4%
Equalização de invest. rural e agroindustrial	27,3	1.869,4	1.842,2	-
Política de preços agrícolas	28,9	-157,5	-186,5	-
Pronaf	693,1	3.149,6	2.456,4	354,4%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	252,1	229,0	-23,1	-9,2%
Álcool	27,8	28,4	0,6	2,1%
Cacau	0,0	0,0	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA	30,7	16,3	-14,3	-46,7%
Funcafé	33,3	39,7	6,4	19,1%
Revitaliza	1,4	14,7	13,3	934,6%
Proagro	865,0	666,1	-198,9	-23,0%
Outros	3.582,6	6.273,8	2.691,2	75,1%
Proex	261,6	377,3	115,7	44,2%
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	2.340,0	5.252,6	2.912,6	124,5%
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	442,5	0,0	-442,5	-100,0%
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	3,2	2,8	-0,5	-14,4%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	129,1	329,6	200,6	155,4%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	446,4	207,8	-238,6	-53,5%
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	5,8	46,5	40,7	699,6%
Sudene	0,0	0,0	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções	-0,8	-10,5	-9,6	-
PNAFE	-45,3	-73,0	-27,7	61,2%
PRODECER	0,0	140,7	140,7	-
Total	6.441,5	13.329,4	6.887,9	106,9%

Fonte: Tesouro Nacional.
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Previdência Social

Comparando-se os valores acumulados de janeiro a maio de 2016 com o mesmo período de 2015, o déficit da Previdência aumentou de R$ 30,6 bilhões para R$ 50,4 bilhões (64,6%) em termos reais. A arrecadação líquida diminuiu R$ 10,1 bilhões (6,5%), resultado do efeito conjugado dos seguintes fatores:

R$ Milhões - A Preços de Maio de 2016 (IPCA)

Tabela 1.9 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2015/2016

Discriminação	Jan-Mai		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	154.294,8	144.224,7	-10.070,1	-6,5%
Arrecadação Bruta	173.837,8	162.643,4	-11.194,5	-6,4%
Contribuição Previdenciária	143.715,5	136.562,0	-7.153,5	-5,0%
Simples/Nacional/PAES	16.437,6	14.974,7	-1.462,9	-8,9%
Refis	47,1	63,8	16,7	35,4%
Depósitos Judiciais	1.016,7	861,1	-155,6	-15,3%
Compensação RGPS	12.620,9	10.181,7	-2.439,1	-19,3%
(-) Restituição/Devolução	-514,3	-779,9	-265,6	51,6%
(-) Transferências a Terceiros	-19.028,7	-17.638,8	1.390,0	-7,3%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	184.887,2	194.586,7	9.699,5	5,2%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-30.592,5	-50.362,0	-19.769,5	64,6%

Fonte: Ministério da Previdência Social.
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

- diminuição de R$ 7,2 bilhões (5,0%) nas contribuições previdenciárias: resultado dos efeitos (i) da redução real da massa salarial em 4,70%; (ii) da Lei Complementar nº 147/2014; (iii) da elevação das alíquotas da Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta pela Lei nº 13.161/2015;
- diminuição de R$ 1,5 bilhão (8,9%) na arrecadação conjunta com o Simples/Nacional/PAES; e
- decréscimo de R$ 2,4 bilhões (19,3%) no montante de compensações do RGPS, influenciado pela elevação das alíquotas sobre Receita Bruta pela Lei nº 13.161, de 2015, para alguns setores (reversão parcial da desoneração).

R$ Milhões - A Preços de Maio de 2016 (IPCA)

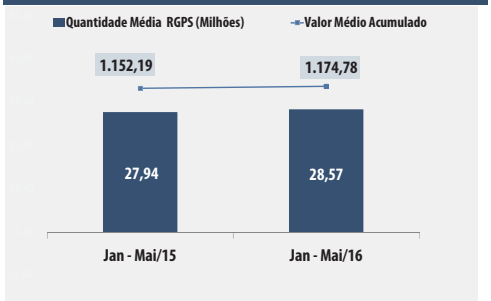
Tabela 1.10 - Resultado da Previdência Social - Brasil - 2015/2016

Discriminação	Jan-Mai		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
CONTRIBUIÇÃO	154.294,8	144.224,7	-10.070,1	-6,5%
Urbano	151.228,1	140.998,3	-10.229,8	-6,8%
Rural	3.066,7	3.226,4	159,7	5,2%
BENEFÍCIOS	184.887,2	194.586,7	9.699,5	5,2%
Urbano	143.419,2	151.740,9	8.321,6	5,8%
Rural	41.468,0	42.845,8	1.377,8	3,3%
RESULTADO PRIMÁRIO	-30.592,5	-50.362,0	-19.769,5	64,6%
Urbano	7.808,9	-10.742,5	-18.551,4	-
Rural	-38.401,3	-39.619,4	-1.218,1	3,2%

Fonte: Ministério da Previdência Social.
Obs.1: Dados sujeitos a alteração.
Obs.2: A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Ainda na comparação de valores acumulados nos cinco primeiros meses de 2016 com igual período de 2015, as despesas com benefícios previdenciários aumentaram R$ 9,7 bilhões (5,2%) em termos reais, devido à elevação de 636,6 mil (2,3%) no número de benefícios emitidos e à elevação do valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência em R$ 22,59 (2,0%).

Gráfico 2. Benefícios Emitidos pela Previdência



Resultado do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

A Preços Constantes de Maio de 2016 (IPCA)

R$ Milhões - A Preços de Maio de 2016 (IPCA)

Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2015/2016

Discriminação	Maio		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	106.104,1	96.505,2	-9.599,0	-9,0%
I.1 Receita Administrada pela RFB	61.962,6	58.819,3	-3.143,3	-5,1%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	30.960,1	28.248,4	-2.711,7	-8,8%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	13.181,4	9.437,4	-3.744,0	-28,4%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	21.460,0	20.227,0	-1.233,1	-5,7%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	84.644,1	76.278,2	-8.365,9	-9,9%
IV. DESPESA TOTAL	93.470,8	91.771,9	-1.698,8	-1,8%
IV.1 Beneficios Previdenciários	37.859,5	40.487,7	2.628,2	6,9%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	19.921,4	19.054,8	-866,7	-4,4%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.448,0	12.587,8	-860,1	-6,4%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	22.241,8	19.641,7	-2.600,2	-11,7%
V- FUNDO SOBERANO DO BRASIL ¯ FSB	0,0	0,0	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-8.826,7	-15.493,8	-6.667,1	75,5%
Tesouro Nacional e Banco Central	-1.927,3	-3.254,5	-1.327,2	68,9%
Previdência Social (RGPS)	-6.899,4	-12.239,3	-5.339,9	77,4%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	-1.641,2	-3.138,8	-1.497,6	91,3%
Resultado do Banco Central	-286,1	-115,7	170,4	-59,6%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-6.899,4	-12.239,3	-5.339,9	77,4%

Fonte: Tesouro Nacional.
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A preços de maio de 2016, o resultado primário do Governo Central passou de um déficit de R$ 8,8 bilhões em maio de 2015 para um déficit de R$ 15,5 bilhões em maio de 2016, o que representou decréscimo de R$ 6,7 bilhões no resultado. Essa variação é explicada pela queda da receita líquida em R$ 8,4 bilhões (9,9%), uma vez que houve redução de R$ 1,7 bilhão (1,8%) na despesa total.

Dentre os fatores que afetaram a evolução do resultado primário destaca-se a menor arrecadação de Imposto de Renda (R$ 2,9 bilhões, 11,3%), de Concessões e Permissões (R$ 2,7 bilhões, 85,2%) e do RGPS (R$ 2,7 bilhões, 8,8%) na comparação com maio de 2015. Por outro lado, ocorreu redução de R$ 2,3 bilhões (11,2%) em Despesas Discricionárias do Executivo.

Receitas do Governo Central

R$ Milhões - A Preços de Maio de 2016 (IPCA)

Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2015 / 2016

Discriminação	Maio		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	106.104,1	96.505,2	-9.599,0	-9,0%
I.1 Receita Administrada pela RFB	61.962,6	58.819,3	-3.143,3	-5,1%
Imposto de Importação	3.176,2	2.567,8	-608,5	-19,2%
IPI	4.368,9	3.159,8	-1.209,0	-27,7%
Imposto de Renda	25.614,8	22.726,0	-2.888,8	-11,3%
IOF	3.167,3	2.800,2	-367,0	-11,6%
COFINS	17.967,8	17.997,0	29,2	0,2%
PIS/PASEP	4.823,8	4.609,2	-214,6	-4,4%
CSLL	3.844,1	4.286,3	442,2	11,5%
CPMF	0,0	0,1	0,0	90,2%
CIDE Combustíveis	22,4	804,6	782,2	-
Outras	-1.022,6	-131,6	891,0	-87,1%
I.2 Incentivos Fiscais	-	-	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	30.960,1	28.248,4	-2.711,7	-8,8%
Urbana	30.251,2	27.524,5	-2.726,7	-9,0%
Rural	708,9	723,9	15,0	2,1%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	13.181,4	9.437,4	-3.744,0	-28,4%
Concessões e Permissões	3.137,0	462,8	-2.674,3	-85,2%
Dividendos e Participações	747,5	195,2	-552,3	-73,9%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	973,6	936,0	-37,6	-3,9%
Cota-Parte de Compensações Financeiras	1.634,6	2.173,8	539,2	33,0%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.049,2	1.196,6	147,4	14,0%
Contribuição do Salário Educação	1.620,2	1.527,3	-92,9	-5,7%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	471,9	492,0	20,0	4,2%
Operações com Ativos	-	69,6	69,6	-
Demais Receitas	3.547,3	2.384,1	-1.163,2	-32,8%

Fonte: Tesouro Nacional.
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A receita total do governo central apresentou redução real de R$ 9,6 bilhões (9,0%), passando de R$ 106,1 bilhões em maio de 2015 para R$ 96,5 bilhões em maio de 2016. Esse comportamento deveu-se ao decréscimo de R$ 3,1 bilhões (5,1%) na receita administrada pela RFB, de R$ 3,7 bilhões (28,4%) na receita não administrada pela RFB e de R$ 2,7 bilhões (8,8%) na arrecadação líquida para o RGPS.

A receita administrada pela RFB foi afetada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- redução de R$ 1,6 bilhão (83,0%) na arrecadação com IPI outros: resultado influenciado principalmente pela diminuição de 7,22% na produção industrial de abril de 2016 em relação a abril de 2015 (Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física/ IBGE;

- decréscimo de R$ 1,7 bilhão (22,8%) na arrecadação com IRPJ: resultado decorrente, principalmente, do decréscimo real na arrecadação dos itens Ganhos de Capital na Alienação de Bens (-38,87%);

- redução de R$ 971,3 milhões (36,0%) na arrecadação de IRRF – Remessas ao Exterior: resultado decorrente de recolhimento atípico no item Rendimentos do Trabalho, no valor de aproximadamente R$1 bilhão, que acarretou redução nominal de 59,53% nesse item; e

- aumento de R$ 891,0 milhões (87,1%) na arrecadação com outras receitas administradas pela RFB: resultado influenciado, principalmente, pelo aumento nominal de 1,09% na arrecadação de Loterias.

A receita não administrada pela RFB sofreu redução de R$ 3,7 bilhões (28,4%) quando comparada a maio de 2015. Essa redução decorre principalmente de Concessões e Permissões (R$ 2,7 bilhões, 85,2%), parcialmente compensada por aumento de R$ 539,2 milhões (33,0%) em Cota-Parte de Compensações Financeiras. A redução em Concessões e Permissões é explicada pelo recebimento em maio de 2015 de outorga dos setores aeroportuários e de telecomunicações.

Transferências do Tesouro Nacional

R$ Milhões - A Preços de Maio de 2016 (IPCA)

Tabela 2.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2015/2016

Discriminação	Maio		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
II . TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	21.460,0	20.227,0	-1.233,1	-5,7%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	17.612,5	17.077,4	-535,1	-3,0%
II.2 Fundos Constitucionais	582,2	682,9	100,7	17,3%
Repasse Total	1.169,7	1.134,4	-35,3	-3,0%
Superávit dos Fundos	587,5	451,5	-136,0	-23,1%
II.3 Contribuição do Salário Educação	983,6	922,1	-61,5	-6,3%
II.4 Compensações Financeiras	2.248,6	1.519,4	-729,2	-32,4%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	-
II.6 Demais	33,2	25,2	-8,0	-24,1%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração

As transferências por repartição de receita apresentaram redução de R$ 1,2 bilhão (5,7%), passando de R$ 21,5 bilhões em maio de 2015 para R$ 20,2 bilhões em maio de 2016. Esse resultado é explicado principalmente pela diminuição de R$ 729,2 milhões (32,4%) em compensações financeiras e pelo decréscimo de R$ 535,1 milhões (3,0%) nas transferências referentes ao FPM/FPE/IPI-EE.

Despesas do Governo Central

Houve redução de R$ 1,7 bilhão (1,8%) na despesa total do governo central em relação ao mesmo mês do ano anterior. Essa variação se deve a reduções em Discricionárias Executivo (R$ 2,3 bilhões, 11,2%), Pessoal e Encargos Sociais (R$ 866,7 milhões, 4,4%) e Outras Despesas Obrigatórias (R$ 860,1 milhões, 6,4%). A redução em Discricionárias Executivo, por sua vez, decorre de diminuição em PAC (R$ 1,5 bilhão, 39,1%) e Demais Despesas (R$ 857,8 milhões, 5,0%).

R$ Milhões - A Preços de Maio de 2016 (IPCA)

Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2015 / 2016

Discriminação	Maio		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	93.470,8	91.771,9	-1.698,8	-1,8%
IV.1 Benefícios Previdenciários	37.859,5	40.487,7	2.628,2	6,9%
Benefícios Previdenciários - Urbano	29.622,7	31.844,3	2.221,6	7,5%
Benefícios Previdenciários - Rural	8.236,8	8.643,4	406,6	4,9%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	19.921,4	19.054,8	-866,7	-4,4%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.448,0	12.587,8	-860,1	-6,4%
Abono e Seguro Desemprego	3.593,8	3.244,6	-349,2	-9,7%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	3.893,8	4.136,9	243,1	6,2%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	581,3	492,2	-89,1	-15,3%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	257,7	344,9	87,3	33,9%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.342,1	1.016,2	-1.325,9	-56,6%
FUNDEB (Complem. União)	845,2	1.918,3	1.073,2	127,0%
Fundo Constitucional DF	674,1	93,9	-580,3	-86,1%
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	67,3	129,2	62,0	92,1%
Subsídios, Subvenções e Proagro	563,9	272,8	-291,1	-51,6%
Demais[1]	628,9	938,9	309,9	49,3%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	22.241,8	19.641,7	-2.600,2	-11,7%
Discricionárias Executivo	20.903,2	18.569,5	-2.333,7	-11,2%
PAC	3.751,4	2.285,3	-1.466,2	-39,1%
d/q MCMV	1.169,0	424,1	-744,9	-63,7%
Emissões de TDA	64,5	54,7	-9,8	-15,1%
Demais	17.087,3	16.229,5	-857,8	-5,0%
Discricionárias LEJU/MPU	1.338,7	1.072,2	-266,5	-19,9%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital[2]	27.365,7	24.543,6	-2.822,1	-10,3%
Outras Despesas de Custeio	22.582,3	21.489,1	-1.093,2	-4,8%
Outras Despesas de Capital	4.783,4	3.054,5	-1.728,9	-36,1%

Fonte: Tesouro Nacional.
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. A rubrica Demais dentro de Outras Despesas Obrigatórias é formada a partir da composição das seguintes despesas: Anistiados, Apoio Fin. EE/MM, Auxílio CDE, Benefícios de Legislação Especial e Indenizações, Convênios, Doações, Fabricação de Cédulas e Moedas, FDA/FDNE, Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00), Reserva de Contingência, Ressarcimento Estados e Municípios Combustíveis Fósseis, Transferências ANA e Transferências Multas ANEEL.
2. Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

A variação no gasto com Outras Despesas Obrigatórias deveu-se, principalmente, aos seguintes fatores:

- diminuição de R$ 1,3 bilhão (56,6%) em Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha, efeito da elevação das alíquotas da Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta pela Lei nº 13.161, de 2015, para alguns setores (reversão parcial da desoneração);

- decréscimo de R$ 580,3 milhões (86,1%) no Fundo Constitucional do DF (vide boxe 1 do RTN de janeiro/2016);

- redução de R$ 349,2 milhões (9,7%) em Abono e Seguro Desemprego; e

- aumento de R$ 1,1 bilhão (127,0%) em FUNDEB, explicada pelo pagamento do ajuste anual da distribuição dos recursos do FUNDEB: em 2015, ele foi efetuado em abril e em 2016 foi efetuado em maio.

R$ Milhões - A Preços de Maio de 2016 (IPCA)

Tabela 2.5 - Demais Despesas Discricionárias - Poder Executivo - Brasil - 2015/2016				
Discriminação	Maio		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
TOTAL	17.087,3	16.229,5	-857,8	-5,0%
Ministério da Saúde	7.594,8	7.583,7	-11,0	-0,1%
Ministério da Educação	3.348,0	2.404,4	-943,6	-28,2%
Ministério do Desenvolvimento Social	2.659,3	2.680,9	21,7	0,8%
Ministério da Defesa	1.079,8	937,8	-142,0	-13,1%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	397,9	373,3	-24,6	-6,2%
Demais órgãos do Executivo	2.007,5	2.249,3	241,7	12,0%

Previdência Social

O resultado primário da Previdência Social passou de um déficit de R$ 6,9 bilhões em maio de 2015 para déficit de R$ 12,2 bilhões em maio de 2016, representando uma diferença de R$ 5,3 bilhões (77,4%), devido principalmente aos seguintes fatores:

R$ Milhões - A Preços de Maio de 2016 (IPCA)

Tabela 2.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2015/2016				
Discriminação	Maio		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	30.960,1	28.248,4	-2.711,7	-8,8%
Arrecadação Bruta	34.302,6	31.453,8	-2.848,8	-8,3%
Contribuição Previdenciária	28.576,9	27.305,63	-1.271,2	-4,4%
Simples/Nacional/PAES	3.132,06	2.960,05	-172,0	-5,5%
Refis	9,37	10,93	1,6	16,7%
Depósitos Judiciais	242,28	161,06	-81,2	-33,5%
Compensação RGPS	2.342,05	1.016,17	-1.325,9	-56,6%
(-) Restituição/Devolução	-118,2	-165,7	-47,4	40,1%
(-) Transferências a Terceiros	-3.224,3	-3.039,8	184,6	-5,7%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	37.859,5	40.487,7	2.628,2	6,9%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-6.899,4	-12.239,3	-5.339,9	77,4%

Fonte: Ministério da Previdência Social.
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

- elevação de R$ 2,6 bilhões (6,9%) no valor de benefícios pagos em maio, decorrente da elevação do valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência (2,4%) e do aumento do número de benefícios (2,6%);

- diminuição de R$ 1,3 bilhão (56,6%) em Compensação RGPS, efeito da elevação das alíquotas da Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta pela Lei nº 13.161, de 2015, para alguns setores (reversão parcial da desoneração); e

- diminuição na contribuição previdenciária de R$ 1,3 bilhão (4,4%): influenciada pela redução de 6,87% na massa salarial e pela elevação das alíquotas da Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta pela Lei nº 13.161, de 2015, para alguns setores (reversão parcial da desoneração).

Resultado do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

A Preços Constantes de Maio de 2016 (IPCA)

R$ Milhões - A Preços de Maio de 2016 (IPCA)

Tabela 3.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2016

Discriminação	2016		Variação	
	Abr	Mai	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	120.352,2	96.505,2	-23.847,1	-19,8%
I.1 Receita Administrada pela RFB	76.498,4	58.819,3	-17.679,1	-23,1%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	30.668,8	28.248,4	-2.420,4	-7,9%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	13.185,0	9.437,4	-3.747,6	-28,4%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	15.898,2	20.227,0	4.328,7	27,2%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	104.454,0	76.278,2	-28.175,8	-27,0%
IV. DESPESA TOTAL	94.593,0	91.771,9	-2.821,0	-3,0%
IV.1 Beneficios Previdenciários	39.248,3	40.487,7	1.239,4	3,2%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	19.306,2	19.054,8	-251,5	-1,3%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.764,6	12.587,8	-1.176,8	-8,5%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	22.273,9	19.641,7	-2.632,3	-11,8%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL (FSB) [2]	0,0	0,0	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	9.861,0	-15.493,8	-25.354,8	-
Tesouro Nacional e Banco Central	18.440,5	-3.254,5	-21.694,9	-
Previdência Social (RGPS)	-8.579,5	-12.239,3	-3.659,8	42,7%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	18.435,3	-3.138,8	-21.574,0	-
Resultado do Banco Central	5,2	-115,7	-120,9	-
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-8.579,5	-12.239,3	-3.659,8	42,7%

Fonte: Tesouro Nacional.
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em maio de 2016, o resultado primário do Governo Central foi deficitário em R$ 15,5 bilhões, contra superávit de R$ 9,9 bilhões em abril de 2016, a preços constantes de maio. Esse resultado decorreu principalmente de fatores sazonais relacionados à arrecadação em abril e à transferência por repartição em maio.

A receita líquida do Governo Central em maio de 2016 foi inferior em R$ 28,2 bilhões (27,0%) em relação a registrada no mês anterior. Tal redução se deve principalmente ao decréscimo de R$ 17,7 bilhões (23,1%) na receita administrada pela RFB, redução de R$ 3,7 bilhões (28,4%) na receitas não administradas pela RFB, ampliado ainda pelo aumento de R$ 4,3 bilhões (27,2%) nas transferências por repartição de receita. Vale destacar que a variação negativa do item Demais Receitas, pertencente ao grupo de receitas não administradas pela RFB se deveu à receita referente ao Taxa de Fiscalização e Funcionamento (TFF) que compõe o Fistel, da ordem de R$ 2,4 bilhões, além da arrecadação da Condecine, da ordem de R$ 1,1 bilhão, que ocorreram em abril sem contrapartida em maio.

Receitas do Governo Central

R$ Milhões - A Preços de Maio de 2016 (IPCA)

Tabela 3.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2016

Discriminação	2016		Variação	
	Abr	Mai	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	120.352,2	96.505,2	-23.847,1	-19,8%
I.1 Receita Administrada pela RFB	76.498,4	58.819,3	-17.679,1	-23,1%
Imposto de Importação	2.333,2	2.567,8	234,5	10,1%
IPI	3.524,0	3.159,8	-364,1	-10,3%
Imposto de Renda	36.313,2	22.726,0	-13.587,1	-37,4%
IOF	2.907,8	2.800,2	-107,6	-3,7%
COFINS	16.936,1	17.997,0	1.060,9	6,3%
PIS/PASEP	4.425,8	4.609,2	183,4	4,1%
CSLL	7.887,9	4.286,3	-3.601,6	-45,7%
CPMF	0,9	0,1	-0,8	-92,3%
CIDE Combustíveis	458,9	804,6	345,6	75,3%
Outras	1.710,6	-131,6	-1.842,3	-
I.2 Incentivos Fiscais	-	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	30.668,8	28.248,4	-2.420,4	-7,9%
Urbana	29.927,5	27.524,5	-2.403,1	-8,0%
Rural	741,3	723,9	-17,3	-2,3%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	13.185,0	9.437,4	-3.747,6	-28,4%
Concessões e Permissões	1.239,5	462,8	-776,8	-62,7%
Dividendos e Participações	207,9	195,2	-12,7	-6,1%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	913,2	936,0	22,7	2,5%
Cota-Parte de Compensações Financeiras	1.503,7	2.173,8	670,1	44,6%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.044,5	1.196,6	152,2	14,6%
Contribuição do Salário Educação	1.548,9	1.527,3	-21,6	-1,4%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	434,3	492,0	57,7	13,3%
Operações com Ativos	69,8	69,6	-0,2	-0,3%
Demais Receitas	6.223,2	2.384,1	-3.839,1	-61,7%

Fonte: Tesouro Nacional.
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em valores atualizados para maio de 2016, a receita total do Governo Central apresentou redução de R$ 23,8 bilhões (19,8%), passando de R$ 120,4 bilhões em abril de 2016 para R$ 96,5 bilhões em maio do mesmo ano. Merecem destaque as reduções de R$ 13,6 bilhões (37,4%) na arrecadação com Imposto de Renda e de R$ 3,6 bilhões (45,7%) na arrecadação com a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), em razão de fatores sazonais: pagamento, em abril de 2016, da 1ª cota ou da cota única do saldo a pagar do IRPF referente à Declaração de Ajuste/2016, ano base 2015 e pagamento, em abril de 2016, da 1ª cota ou da cota única do IRPJ e da CSLL referente à apuração trimestral encerrada em março de 2016.

Transferências do Tesouro Nacional

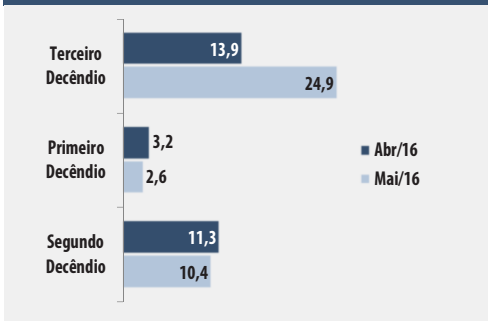
R$ Milhões - A Preços de Maio de 2016 (IPCA)

Tabela 3.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2016

Discriminação	2016		Variação	
	Abr	Mai	Diferença	% Real (IPCA)
II . TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	15.898,2	20.227,0	4.328,7	27,2%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	12.993,5	17.077,4	4.083,9	31,4%
II.2 Fundos Constitucionais	647,1	682,9	35,8	5,5%
Repasse Total	862,2	1.134,4	272,2	31,6%
Superávit dos Fundos	-215,1	-451,5	-236,4	109,9%
II.3 Contribuição do Salário Educação	931,5	922,1	-9,4	-1,0%
II.4 Compensações Financeiras	881,1	1.519,4	638,2	72,4%
II.5 CIDE - Combustíveis	416,4	0,0	-416,4	-100,0%
II.6 Demais	28,5	25,2	-3,3	-11,6%

Fonte: Tesouro Nacional.
Obs.: Dados sujeitos a alteração

Gráfico 3. Base de Cálculo Transferências Constitucionais Brasil - 2016



Em maio de 2016, as transferências por repartição de receita apresentaram aumento de R$ 4,3 bilhões (27,2%), totalizando R$ 20,2 bilhões, contra R$ 15,9 bilhões no mês anterior. Esse aumento ocorreu principalmente no conjunto FPM/FPE/IPI-EE (R$ 4,1 bilhões, 31,4%), devido ao aumento sazonal na arrecadação de imposto de renda verificada no último decêndio de abril. Tal aumento sazonal se refletiu nas transferências para estados e municípios do primeiro decêndio de maio. Ademais destaca-se o aumento em relação a abril das transferências de Compensações Financeiras (R$ 638,2 milhões), devido ao repasse trimestral de royalties sobre a participação especial de petróleo e gás natural em maio, sem correspondência em abril. Por fim, houve diminuição no item CIDE combustíveis (R$ 416,4 milhões), devido ao repasse trimestral que ocorreu em abril, sem contrapartida em maio.

Despesas do Governo Central

R$ Milhões - A Preços de Maio de 2016 (IPCA)

Tabela 3.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2016

Discriminação	2016		Variação	
	Abr	Mai	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	94.593,0	91.771,9	-2.821,0	-3,0%
IV.1 Benefícios Previdenciários	39.248,3	40.487,7	1.239,4	3,2%
Benefícios Previdenciários - Urbano	30.654,1	31.844,3	1.190,2	3,9%
Benefícios Previdenciários - Rural	8.594,2	8.643,4	49,2	0,6%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	19.306,2	19.054,8	-251,5	-1,3%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.764,6	12.587,8	-1.176,8	-8,5%
Abono e Seguro Desemprego	3.469,1	3.244,6	-224,5	-6,5%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.116,9	4.136,9	20,0	0,5%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	434,3	492,2	57,9	13,3%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	249,7	344,9	95,2	38,1%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	3.346,6	1.016,2	-2.330,4	-69,6%
FUNDEB (Complem. União)	807,1	1.918,3	1.111,2	137,7%
Fundo Constitucional DF	96,3	93,9	-2,4	-2,5%
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	116,9	129,2	12,4	10,6%
Subsídios, Subvenções e Proagro	146,4	272,8	126,4	86,4%
Demais[1]	981,3	938,9	-42,5	-4,3%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	22.273,9	19.641,7	-2.632,3	-11,8%
Discricionárias Executivo	21.256,5	18.569,5	-2.687,0	-12,6%
PAC	3.601,2	2.285,3	-1.315,9	-36,5%
d/q MCMV	521,6	424,1	-97,6	-18,7%
Emissões de TDA	20,9	54,7	33,8	162,0%
Demais	17.634,4	16.229,5	-1.404,9	-8,0%
Discricionárias LEJU/MPU	1.017,5	1.072,2	54,7	5,4%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital[2]	28.255,7	24.543,6	-3.712,1	-13,1%
Outras Despesas de Custeio	22.683,0	21.489,1	-1.193,9	-5,3%
Outras Despesas de Capital	5.572,7	3.054,5	-2.518,2	-45,2%

Fonte: Tesouro Nacional.
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. A rubrica Demais dentro de Outras Despesas Obrigatórias é formada a partir da composição das seguintes despesas: Anistiados, Apoio Fin. EE/MM, Auxílio CDE, Benefícios de Legislação Especial e Indenizações, Convênios, Doações, Fabricação de Cédulas e Moedas, FDA/FDNE, Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00), Reserva de Contingência, Ressarcimento Estados e Municípios Combustíveis Fósseis, Transferências ANA e Transferências Multas ANEEL.
2. Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

Em maio de 2016, a despesa total do Governo Central alcançou o valor de R$ 91,8 bilhões, representando redução de R$ 2,8 bilhões (3,0%) em relação a abril de 2016. Merecem destaque os seguintes itens:

- redução de R$ 2,3 bilhões (69,6%) em Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha devido ao impacto do 13º salário pago aos segurados em abril, sem correspondência em maio, conforme desoneração da folha salarial prevista na Lei nº 12.715/2012;

R$ Milhões - A Preços de Maio de 2016 (IPCA)

Tabela 3.5 - Demais Despesas Discricionárias - Poder Executivo - Brasil - 2016				
Discriminação	2016		Variação	
	Abr	Mai	Diferença	% Real (IPCA)
TOTAL	17.634,4	16.229,5	-1.404,9	-8,0%
Ministério da Saúde	7.498,4	7.583,7	85,4	1,1%
Ministério da Educação	3.015,7	2.404,4	-611,3	-20,3%
Ministério do Desenvolvimento Social	2.043,9	2.680,9	637,0	31,2%
Ministério da Defesa	1.454,4	937,8	-516,6	-35,5%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	411,3	373,3	-38,0	-9,2%
Demais órgãos do Executivo	3.210,6	2.249,3	-961,4	-29,9%

- decréscimo de R$ 1,4 bilhão (8,0%) em Demais despesas discricionárias do Poder Executivo;
- redução de R$ 1,3 bilhão (36,5%) em despesas com PAC; e
- aumento de R$ 1,1 bilhão (137,7%) com FUNDEB explicada pelo pagamento do ajuste anual da distribuição dos recursos do fundo: em 2015, ele foi efetuado em abril e em 2016 foi efetuado em maio.

Previdência Social

R$ Milhões - A Preços de Maio de 2016 (IPCA)

Tabela 3.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2016				
Discriminação	2016		Variação	
	Abr	Mai	Diferença	% Real (IPCA)
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	30.668,8	28.248,4	-2.420,4	-7,9%
Arrecadação Bruta	33.910,2	31.453,8	-2.456,4	-7,2%
Contribuição Previdenciária	27.361,7	27.305,6	-56,1	-0,2%
Simples/Nacional/PAES	2.941,56	2.960,05	18,5	0,6%
Refis	251,65	161,06	-90,6	-36,0%
Depósitos Judiciais	8,68	10,93	2,3	25,9%
Compensação RGPS	3.346,59	1.016,17	-2.330,4	-69,6%
(-) Restituição/Devolução	-172,1	-165,7	6,5	-3,8%
(-) Transferências a Terceiros	-3.069,3	-3.039,8	29,5	-1,0%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	39.248,3	40.487,7	1.239,4	3,2%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-8.579,5	-12.239,3	-3.659,8	42,7%

Fonte: Ministério da Previdência Social.
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em maio de 2016, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R$ 12,2 bilhões, contra déficit de R$ 8,6 bilhões em abril. A arrecadação bruta apresentou redução de R$ 2,5 bilhões (7,2%). Essa redução é explicada principalmente pelo decréscimo da Compensação RGPS (R$ 2,3 bilhões, 69,6%), devido ao impacto do 13º salário pago aos segurados, conforme desoneração da folha salarial prevista na Lei nº 12.715/2012. O pagamento de benefícios aumentou em R$ 1,2 bilhão (3.2%).

Boxe 1 – Alteração da Meta de Resultado Primário e Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – Maio de 2016

Em 20 de maio, o Poder Executivo publicou o Relatório de Avaliação de Despesas e Receitas Primárias do 2° Bimestre de 2016 apresentando projeção dos itens de receitas e despesas primárias do Governo Federal. Tal relatório indicou a necessidade de limitação de R$ 137,9 bilhões nos limites de empenho e movimentação financeira das despesas discricionárias de 2016, devido à redução de R$ 107,9 bilhões nas receitas líquidas projetadas e ao aumento de R$ 30,0 bilhões na estimativa de despesas obrigatórias.

No entanto, em 25 de maio, o Congresso aprovou e o Poder Executivo sancionou a Lei nº 13.291/2016, com alteração da meta de resultado primário do Setor Público estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016 – LDO 2016 para déficit de R$ 163,9 bilhões, composta de déficit de R$ 170,5 bilhões para o Governo Federal e superávit de R$ 6,6 bilhões para os Governos Regionais. Esta alteração permitiu a revisão do contingenciamento sugerido no Relatório do 2º Bimestre, realizado com base na necessidade de cumprimento da meta de superávit primário anterior, de R$ 24,0 bilhões.

Tabela - Variação da Meta de Resultado Primário LDO 2016 (R$ bilhões)	
1. Variação da Meta	**-194,5**
1.1. Meta vigente até o Relatório do 2º Bimestre	24,0
1.2. Nova meta estabelecida pela Lei nº 13.291/2016	-170,5

Assim, em 27 de maio, o Poder executivo encaminhou ao Poder Legislativo Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias Extemporâneo com memória de cálculo e justificativas das alterações das projeções de receitas e despesas primárias e contendo a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira.

Dado o exíguo prazo entre a publicação dos referidos relatórios (20 de maio e 27 de maio), o Relatório Extemporâneo confirmou as projeções de receitas e despesas primárias, bem como os parâmetros macroeconômicos, do Relatório do 2º Bimestre. Portanto, as alterações concentraram-se na possibilidade de ampliação dos limites de movimentação e empenho, que somou R$ 194,5 bilhões (conforme tabela abaixo).

No Relatório Extemporâneo, o Poder Executivo informou que o espaço aberto pela redução da meta seria distribuído da seguinte forma: R$ 137,9 bilhões de reversão do contingenciamento indicado no relatório do 2º Bimestre; e R$ 56,6 bilhões possibilidade de ampliação de limites.

Tabela - Alterações do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesa Extemporâneo (R$ bilhões)	
1. Reversão da Indicação de Contingenciamento do Relatório do 2º Bimestre*	137,9
2. Possibilidade de ampliação dos limites	56,6
3. Variação nos Limites de Empenho e Movimentação Financeira (1 + 2)	194,5

* R$ 113,9 bi do déficit previsto no relatório bimestral mais R$ 24 bi da meta prevista anteriormente.

Fonte: SOF/MPOG. Elaboração: STN/MF.

Desta forma, em 07 de junho, foi publicado o Decreto nº 8.784/2016, que além da reversão de R$ 137,9 bilhões do contingenciamento do Relatório do 2º Bimestre, dividiu a possibilidade de ampliação de limites da seguinte forma: (a) R$ 21,2 bilhões de recomposição dos limites do Decreto nº 8670/2016; (b) R$ 7,0 bilhões de ampliação dos limites orçamentários para saúde, PAC e outras programações; (c) R$ 8,8 bilhões para despesas com passivos já identificados e que dependem de

créditos adicionais, sendo R$ 3,0 bilhões de Organismos Internacionais, R$ 2,7 bilhões de tarifas bancárias, R$ 2,5 bilhões de obras em andamento do PAC e R$ 0,6 bilhão de custeio para o Ministério das Relações Exteriores; e (d) R$ 1,5 bilhão de aumento do limite dos demais Poderes e das emendas impositivas, respectivamente, de R$ 0,1 bilhão e R$ 1,4 bilhão.

Desse modo, como resultado das ampliações mencionadas cima (R$ 176,4 bilhões) e considerando o espaço total possibilitado pela redução da meta (R$ 194,5 bilhões), o valor remanescente para absorção de outros riscos fiscais ficou em R$ 18,1 bilhões.

Tabela - Alterações do Decreto nº 8.784/2016 (R$ bilhões)	
1. Reversão da Indicação de Contingenciamento do Relatório do 2º Bimestre	137,9
2. Possibilidade de ampliação dos limites	56,6
2.1 Reversão do contingenciamento Avaliação do 1º bimestre	21,2
2.2. Reestabelecimento de outros limites orçamentários (R$ 3 bi para saúde, R$ 2,5 bi para o PAC e R$ 1,5 bi para outros)	7,0
2.3 Outros passivos identificados (créditos adicionais)	8,8
2.4. Outros poderes e emendas impositivas	1,5
2.5. Espaço para absorção de riscos fiscais	18,1
3. Variação nos Limites de Empenho e Movimentação Financeira (1 + 2)	194,5

Fonte: SOF/MPOG. Elaboração: STN/MF.

Boxe 2 – Estatísticas Fiscais Trimestrais de Governo Geral

A Secretaria do Tesouro Nacional divulgará no dia 30 de junho o primeiro boletim sobre estatísticas fiscais trimestrais do governo geral brasileiro (governo central, estados e municípios) com resultados do 1º trimestre de 2016. As próximas versões do boletim serão divulgadas ao fim de cada trimestre, com um trimestre de defasagem.

As informações neste boletim são compiladas de acordo com os conceitos e metodologias estabelecidas no Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 do Fundo Monetário Internacional-FMI (em inglês, Government Finance Statistics Manual – GFSM 2014). O objetivo principal do trabalho é construir agregados econômicos harmonizados internacionalmente – permitindo a comparação entre países – e com o Sistema de Contas Nacionais – possibilitando uma análise mais precisa das relações entre as variáveis fiscais e as econômicas. Além disso, são geradas estatísticas das três esferas de governo – governo central, estados e municípios – e consolidadas no setor governo geral, sendo apuradas tanto pelo regime de caixa quanto de competência.

As informações contidas no boletim são construídas a partir das fontes oficiais de informações (Siafi e fontes complementares para governo central; Balanço Anual e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) para estados e municípios) e tratadas de forma a garantir a consistência e a padronização das informações segundo os preceitos do GFSM 2014. Ademais, foram realizados procedimentos de imputação de dados faltantes, fornecendo estatísticas acima da linha para a totalidade dos municípios, e pela produção da projeção contemporânea a partir dos dados de alta frequência (RREO), o que permite a obtenção de estatísticas com menor grau de defasagem para os governos regionais.

O trabalho desenvolvido contou com a parceria firmada com o IBGE e IPEA por meio dos Acordos de Cooperação Técnica, com o objetivo central de aperfeiçoar as estatísticas fiscais no Brasil. O resultado final é a divulgação de estatísticas fiscais mais abrangentes, o que deve propiciar elementos para uma análise mais ampla e detalhada da avaliação das políticas públicas e contribuir para o aperfeiçoamento analítico das finanças públicas, tanto no que se refere à sustentabilidade fiscal quanto no que tange suas relações com a economia e a sociedade.

Cabe destacar que os resultados aqui apresentados não substituem e nem se confundem com outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como, por exemplo, as estatísticas fiscais divulgadas no Resultado do Tesouro Nacional, que observam aspectos metodológicos específicos.

Anexos

1. Lista de Abreviaturas

2. Tabelas do Resultado Fiscal

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal

Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 6.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Mensal

Tabela 6.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 7.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal

Tabela 8.1. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Mensal

Tabela 8.2. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Acumulado no Ano

3. Boletim de Transferências para Estados e Municípios - Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

1.Lista de Abreviaturas

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento
Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético
CEF - Caixa Econômica Federal
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FDA - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
FSB - Fundo Soberano do Brasil
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
II - Imposto de Importação
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
LEJU – Legislativo e Judiciário
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
PSI – Programa de Sustentação do Investimento
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	2015	2016		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Maio	Abril	Maio	Mai/16 Abr/16		Mai/16 Mai/15	
I. RECEITA TOTAL	**97.056,8**	**119.420,7**	**96.505,2**	**-22.915,6**	**-19,2%**	**-551,6**	**-0,6%**
I.1 - Receita Administrada pela RFB	***56.679,2***	***75.906,3***	***58.819,3***	***-17.087,0***	***-22,5%***	***2.140,15***	***3,8%***
I.1.1 Imposto de Importação	2.905,4	2.315,2	2.567,8	252,6	10,9%	-337,6	-11,6%
I.1.2 IPI	3.996,3	3.496,7	3.159,8	-336,8	-9,6%	-836,5	-20,9%
I.1.3 Imposto de Renda	23.430,7	36.032,1	22.726,0	-13.306,1	-36,9%	-704,6	-3,0%
I.1.4 IOF	2.897,2	2.885,3	2.800,2	-85,1	-2,9%	-97,0	-3,3%
I.1.5 COFINS	16.435,7	16.805,0	17.997,0	1.192,0	7,1%	1.561,3	9,5%
I.1.6 PIS/PASEP	4.412,5	4.391,6	4.609,2	217,6	5,0%	196,7	4,5%
I.1.7 CSLL	3.516,3	7.826,8	4.286,3	-3.540,5	-45,2%	770,0	21,9%
I.1.8 CPMF	0,0	0,9	0,1	-0,8	-92,2%	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	20,5	455,4	804,6	349,2	76,7%	784,1	-
I.1.10 Outras	-935,4	1.697,4	-131,6	-1.829,0	-	803,8	-85,9%
I.2 - Incentivos Fiscais	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***0,0***	-	-	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	***28.320,2***	***30.431,4***	***28.248,4***	***-2.183,0***	***-7,2%***	***-71,8***	***-0,3%***
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	***12.057,4***	***13.083,0***	***9.437,4***	***-3.645,6***	***-27,9%***	***-2.620,0***	***-21,7%***
I.4.1 Concessões e Permissões	2.869,6	1.230,0	462,8	-767,2	-62,4%	-2.406,8	-83,9%
I.4.2 Dividendos e Participações	683,8	206,3	195,2	-11,0	-5,4%	-488,6	-71,4%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	890,5	906,2	936,0	29,8	3,3%	45,4	5,1%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	1.495,2	1.492,1	2.173,8	681,8	45,7%	678,6	45,4%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	959,8	1.036,4	1.196,6	160,2	15,5%	236,9	24,7%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.482,0	1.536,9	1.527,3	-9,6	-0,6%	45,3	3,1%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	431,7	430,9	492,0	61,0	14,2%	60,3	14,0%
I.4.8 Operações com Ativos	0,0	69,3	69,6	0,3	0,4%	69,6	-
I.4.9 Demais Receitas	3.244,8	6.175,0	2.384,1	-3.790,9	-61,4%	-860,8	-26,5%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	***19.630,2***	***15.775,2***	***20.227,0***	***4.451,8***	***28,2%***	***596,80***	***3,0%***
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	***16.110,7***	***12.893,0***	***17.077,4***	***4.184,5***	***32,5%***	***966,70***	***6,0%***
II.2 Fundos Constitucionais	***532,5***	***642,1***	***682,9***	***40,8***	***6,4%***	***150,34***	***28,2%***
II.2.1 Repasse Total	1.069,9	855,5	1.134,4	278,9	32,6%	64,43	6,0%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-537,4	-213,4	-451,5	-238,1	111,5%	85,91	-16,0%
II.3 Contribuição do Salário Educação	***899,7***	***924,3***	***922,1***	***-2,2***	***-0,2%***	***22,38***	***2,5%***
II.4 Compensações Financeiras	***2.056,8***	***874,3***	***1.519,4***	***645,0***	***73,8%***	***- 537,45***	***-26,1%***
II.5 CIDE - Combustíveis	***0,0***	***413,2***	***0,0***	***-413,2***	***-100,0%***	***-***	***-***
II.6 Demais	***30,3***	***28,3***	***25,2***	***-3,1***	***-10,9%***	***- 5,17***	***-17,0%***
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	***77.426,6***	***103.645,5***	***76.278,2***	***-27.367,4***	***-26,4%***	***- 1.148,41***	***-1,5%***
IV. DESPESA TOTAL	***85.500,7***	***93.860,9***	***91.771,9***	***-2.088,9***	***-2,2%***	***6.271,29***	***7,3%***
IV.1 Benefícios Previdenciários	***34.631,3***	***38.944,5***	***40.487,7***	***1.543,2***	***4,0%***	***5.856,40***	***16,9%***
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	***18.222,8***	***19.156,8***	***19.054,8***	***-102,0***	***-0,5%***	***831,98***	***4,6%***
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	***12.301,3***	***13.658,1***	***12.587,8***	***-1.070,2***	***-7,8%***	***286,56***	***2,3%***
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	3.287,4	3.442,2	3.244,6	-197,6	-5,7%	- 42,78	-1,3%
IV.3.2 Anistiados	12,6	22,0	18,6	-3,4	-15,2%	6,09	48,5%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	23,5	0,0	-23,5	-100,0%	-	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	43,0	45,2	44,2	-1,1	-2,3%	1,20	2,8%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	3.561,8	4.085,0	4.136,9	51,8	1,3%	575,09	16,1%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	531,7	430,9	492,2	61,2	14,2%	- 39,54	-7,4%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	235,7	247,8	344,9	97,2	39,2%	109,23	46,3%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.142,4	3.320,7	1.016,2	-2.304,5	-69,4%	- 1.126,18	-52,6%
IV.3.10 Convênios	11,7	15,2	16,8	1,6	10,5%	5,06	43,2%
IV.3.11 Doações	1,9	1,3	1,7	0,3	24,1%	- 0,27	-13,9%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	249,4	26,6	31,6	5,0	19,0%	- 217,77	-87,3%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	773,1	800,9	1.918,3	1.117,5	139,5%	1.145,25	148,1%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	616,7	95,6	93,9	-1,7	-1,8%	- 522,80	-84,8%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	162,5	812,5	812,5	0,0	0,0%	650,00	400,0%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	61,5	116,0	129,2	13,3	11,4%	67,71	110,0%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	515,8	145,3	272,8	127,6	87,8%	- 242,99	-47,1%
IV.3.21 Transferências ANA	28,3	27,4	13,5	-13,9	-50,7%	- 14,79	-52,3%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	66,0	0,0	0,0	0,0	-	- 65,97	-100,0%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	***20.345,3***	***22.101,5***	***19.641,7***	***-2.459,9***	***-11,1%***	***-703,7***	***-3,5%***
IV.4.1 PAC	3.431,5	3.573,3	2.285,3	-1.288,0	-36,0%	- 1.146,27	-33,4%
d/q MCMV	1.069,3	517,6	424,1	-8.583,7	-69,7%	- 1.002,03	-21,1%
IV.4.3 Emissões de TDA	59,0	20,7	54,7	34,0	164,0%	- 4,26	-7,2%
IV.4.2 Demais Poder Executivo	15.630,3	17.497,9	16.229,5	-1.268,4	-7,2%	599,24	3,8%
IV.4.4 LEJU/MPU	1.224,5	1.009,6	1.072,2	62,6	6,2%	- 152,36	-12,4%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***-***	***-***	***-***
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	***-8.074,1***	***9.784,7***	***-15.493,8***	***-25.278,4***	***-***	***- 7.419,70***	***91,9%***
VII. AJUSTE METODOLÓGICO	***74,3***	***185,0***					
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	***-869,0***	***-1.255,4***					
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII) [12/]	***-8.868,7***	***8.714,3***					
X. JUROS NOMINAIS	***-43.822,9***	***-16.626,9***					
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	***-52.691,6***	***-7.912,6***					

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal
R$ Milhões - A Preços de Maio de 2016 (IPCA)

Discriminação	2015	2016		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Maio	Abril	Maio	Mai/16 Abr/16		Mai/16 Mai/15	
I. RECEITA TOTAL	**106.104,1**	**120.352,2**	**96.505,2**	**-23.847,1**	**-19,8%**	**-9.599,0**	**-9,0%**
I.1 - Receita Administrada pela RFB	***61.962,6***	***76.498,4***	***58.819,3***	***-17.679,1***	***-23,1%***	***-3.143,3***	***-5,1%***
I.1.1 Imposto de Importação	3.176,2	2.333,2	2.567,8	234,5	10,1%	-608,5	-19,2%
I.1.2 IPI	4.368,9	3.524,0	3.159,8	-364,1	-10,3%	-1.209,0	-27,7%
I.1.3 Imposto de Renda	25.614,8	36.313,2	22.726,0	-13.587,1	-37,4%	-2.888,8	-11,3%
I.1.4 IOF	3.167,3	2.907,8	2.800,2	-107,6	-3,7%	-367,0	-11,6%
I.1.5 COFINS	17.967,8	16.936,1	17.997,0	1.060,9	6,3%	29,2	0,2%
I.1.6 PIS/PASEP	4.823,8	4.425,8	4.609,2	183,4	4,1%	-214,6	-4,4%
I.1.7 CSLL	3.844,1	7.887,9	4.286,3	-3.601,6	-45,7%	442,2	11,5%
I.1.8 CPMF	0,0	0,9	0,1	-0,8	-92,3%	0,0	90,2%
I.1.9 CIDE Combustíveis	22,4	458,9	804,6	345,6	75,3%	782,2	-
I.1.10 Outras	-1.022,6	1.710,6	-131,6	-1.842,3	-	891,0	-87,1%
I.2 - Incentivos Fiscais	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***-***	***0,0***	***-***
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	***30.960,1***	***30.668,8***	***28.248,4***	***-2.420,4***	***-7,9%***	***-2.711,7***	***-8,8%***
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	***13.181,4***	***13.185,0***	***9.437,4***	***-3.747,6***	***-28,4%***	***-3.744,0***	***-28,4%***
I.4.1 Concessões e Permissões	3.137,0	1.239,5	462,8	-776,8	-62,7%	-2.674,3	-85,2%
I.4.2 Dividendos e Participações	747,5	207,9	195,2	-12,7	-6,1%	-552,3	-73,9%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	973,6	913,2	936,0	22,7	2,5%	-37,6	-3,9%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	1.634,6	1.503,7	2.173,8	670,1	44,6%	539,2	33,0%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.049,2	1.044,5	1.196,6	152,2	14,6%	147,4	14,0%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.620,2	1.548,9	1.527,3	-21,6	-1,4%	-92,9	-5,7%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	471,9	434,3	492,0	57,7	13,3%	20,0	4,2%
I.4.8 Operações com Ativos	0,0	69,8	69,6	-0,2	-0,3%	69,6	-
I.4.9 Demais Receitas	3.547,3	6.223,2	2.384,1	-3.839,1	-61,7%	-1.163,2	-32,8%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	**21.460,0**	**15.898,2**	**20.227,0**	**4.328,7**	**27,2%**	**-1.233,1**	**-5,7%**
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	***17.612,5***	***12.993,5***	***17.077,4***	***4.083,9***	***31,4%***	***-535,1***	***-3,0%***
II.2 Fundos Constitucionais	***582,2***	***647,1***	***682,9***	***35,8***	***5,5%***	***100,7***	***17,3%***
II.2.1 Repasse Total	1.169,7	862,2	1.134,4	272,2	31,6%	-35,3	-3,0%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-587,5	-215,1	-451,5	-236,4	109,9%	136,0	-23,1%
II.3 Contribuição do Salário Educação	***983,6***	***931,5***	***922,1***	***-9,4***	***-1,0%***	***-61,5***	***-6,3%***
II.4 Compensações Financeiras	***2.248,6***	***881,1***	***1.519,4***	***638,2***	***72,4%***	***-729,2***	***-32,4%***
II.5 CIDE - Combustíveis	***0,0***	***416,4***	***0,0***	***-416,4***	***-100,0%***	***0,0***	***-***
II.6 Demais	***33,2***	***28,5***	***25,2***	***-3,3***	***-11,6%***	***-8,0***	***-24,1%***
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	**84.644,1**	**104.454,0**	**76.278,2**	**-28.175,8**	**-27,0%**	**-8.365,9**	**-9,9%**
IV. DESPESA TOTAL	**93.470,8**	**94.593,0**	**91.771,9**	**-2.821,0**	**-3,0%**	**-1.698,8**	**-1,8%**
IV.1 Benefícios Previdenciários	***37.859,5***	***39.248,3***	***40.487,7***	***1.239,4***	***3,2%***	***2.628,2***	***6,9%***
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	***19.921,4***	***19.306,2***	***19.054,8***	***-251,5***	***-1,3%***	***-866,7***	***-4,4%***
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	***13.448,0***	***13.764,6***	***12.587,8***	***-1.176,8***	***-8,5%***	***-860,1***	***-6,4%***
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	3.593,8	3.469,1	3.244,6	-224,5	-6,5%	-349,2	-9,7%
IV.3.2 Anistiados	13,7	22,2	18,6	-3,5	-15,9%	4,9	35,9%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	23,7	0,0	-23,7	-100,0%	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	47,0	45,6	44,2	-1,4	-3,1%	-2,8	-6,0%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	3.893,8	4.116,9	4.136,9	20,0	0,5%	243,1	6,2%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	581,3	434,3	492,2	57,9	13,3%	-89,1	-15,3%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	257,7	249,7	344,9	95,2	38,1%	87,3	33,9%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.342,1	3.346,6	1.016,2	-2.330,4	-69,6%	-1.325,9	-56,6%
IV.3.10 Convênios	12,8	15,3	16,8	1,5	9,7%	4,0	31,0%
IV.3.11 Doações	2,1	1,3	1,7	0,3	23,1%	-0,4	-21,2%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	272,6	26,8	31,6	4,8	18,1%	-241,0	-88,4%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	845,2	807,1	1.918,3	1.111,2	137,7%	1.073,2	127,0%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	674,1	96,3	93,9	-2,4	-2,5%	-580,3	-86,1%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	177,6	818,8	812,5	-6,3	-0,8%	634,9	357,4%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	67,3	116,9	129,2	12,4	10,6%	62,0	92,1%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	563,9	146,4	272,8	126,4	86,4%	-291,1	-51,6%
IV.3.21 Transferências ANA	30,9	27,6	13,5	-14,1	-51,1%	-17,4	-56,3%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	72,1	0,0	0,0	0,0	-	-72,1	-100,0%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	***22.241,8***	***22.273,9***	***19.641,7***	***-2.632,3***	***-11,8%***	***-2.600,2***	***-11,7%***
IV.4.1 PAC	3.751,4	3.601,2	2.285,3	-1.315,9	-36,5%	-1.466,2	-39,1%
d/q MCMV	1.169,0	521,6	424,1	-97,6	-18,7%	-744,9	-63,7%
IV.4.3 Emissões de TDA	64,5	20,9	54,7	33,8	162,0%	-9,8	-15,1%
IV.4.2 Demais Poder Executivo	17.087,3	17.634,4	16.229,5	-1.404,9	-8,0%	-857,8	-5,0%
IV.4.4 LEJU/MPU	1.338,7	1.017,5	1.072,2	54,7	5,4%	-266,5	-19,9%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**-**	**0,0**	**-**
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	**-8.826,7**	**9.861,0**	**-15.493,8**	**-25.354,8**	**-**	**-6.667,1**	**75,5%**
VII. AJUSTE METODOLÓGICO	**81,3**	**186,5**					
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	**-950,0**	**-1.265,2**					
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII) [12/]	**-9.695,4**	**8.782,3**					
X. JUROS NOMINAIS	**-47.908,0**	**-16.756,6**					
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	**-57.603,4**	**-7.974,3**					

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	2015 Jan-Mai	2016 Jan-Mai	Diferença Jan-Mai/16 Jan-Mai/15	Variação (%)
I. RECEITA TOTAL	**528.717,8**	**544.918,8**	**16.201,0**	**3,1%**
I.1 - Receita Administrada pela RFB	***333.612,5***	***340.683,6***	***7.071,0***	***2,1%***
I.1.1 Imposto de Importação	16.349,6	13.372,6	-2.977,1	-18,2%
I.1.2 IPI	20.135,5	17.307,5	-2.827,9	-14,0%
I.1.3 Imposto de Renda	139.953,6	144.504,9	4.551,3	3,3%
I.1.4 IOF	13.853,3	14.075,3	222,0	1,6%
I.1.5 COFINS	84.101,0	86.057,8	1.956,7	2,3%
I.1.6 PIS/PASEP	22.353,5	23.010,7	657,2	2,9%
I.1.7 CSLL	30.785,3	34.025,5	3.240,2	10,5%
I.1.8 CPMF	0,3	1,9	1,6	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	6,2	2.684,8	2.678,6	-
I.1.10 Outras	6.074,0	5.642,6	-431,4	-7,1%
I.2 - Incentivos Fiscais	***0,0***	***-10,5***	***-10,5***	***-***
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	***138.716,0***	***142.331,8***	***3.615,8***	***2,6%***
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	***56.389,3***	***61.914,0***	***5.524,6***	***9,8%***
I.4.1 Concessões e Permissões	3.916,7	13.328,2	9.411,4	240,3%
I.4.2 Dividendos e Participações	2.917,3	794,3	-2.123,1	-72,8%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	4.541,8	4.541,7	-0,1	0,0%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	12.136,5	9.312,8	-2.823,7	-23,3%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	5.622,7	5.453,8	-168,9	-3,0%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	8.632,2	8.824,1	191,9	2,2%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	1.881,4	2.243,6	362,2	19,3%
I.4.8 Operações com Ativos	0,0	208,2	208,2	-
I.4.9 Demais Receitas	16.740,6	17.207,3	466,8	2,8%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	**91.129,9**	**88.685,0**	**-2.445,0**	**-2,7%**
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	***74.524,2***	***72.910,7***	***-1.613,5***	***-2,2%***
II.2 Fundos Constitucionais	***2.407,1***	***3.154,6***	***747,6***	***31,1%***
II.2.1 Repasse Total	4.937,2	4.840,7	-96,5	-2,0%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-2.530,2	-1.686,1	844,1	-33,4%
II.3 Contribuição do Salário Educação	***6.102,0***	***5.285,6***	***-816,4***	***-13,4%***
II.4 Compensações Financeiras	***7.911,6***	***6.384,5***	***-1.527,1***	***-19,3%***
II.5 CIDE - Combustíveis	***7,8***	***735,0***	***727,2***	***-***
II.6 Demais	***177,2***	***214,5***	***37,2***	***21,0%***
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	**437.587,9**	**456.233,9**	**18.646,0**	**4,3%**
IV. DESPESA TOTAL	**431.099,2**	**480.004,1**	**48.904,9**	**11,3%**
IV.1 Benefícios Previdenciários	***166.189,0***	***192.064,0***	***25.875,0***	***15,6%***
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	***91.973,1***	***98.181,6***	***6.208,5***	***6,8%***
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	***71.562,3***	***84.018,4***	***12.456,1***	***17,4%***
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	17.918,3	25.557,8	7.639,6	42,6%
IV.3.2 Anistiados	97,8	100,2	2,4	2,5%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	1.250,0	138,3	-1.111,7	-88,9%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	506,4	219,7	-286,7	-56,6%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	17.614,5	20.178,7	2.564,2	14,6%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	2.381,6	2.243,8	-137,8	-5,8%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	1.257,8	2.092,0	834,2	66,3%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	11.374,9	10.040,8	-1.334,1	-11,7%
IV.3.10 Convênios	65,2	90,5	25,3	38,7%
IV.3.11 Doações	10,3	68,2	57,9	564,9%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	341,6	115,8	-225,8	-66,1%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	7.876,0	6.812,3	-1.063,8	-13,5%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	3.218,7	426,0	-2.792,7	-86,8%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	812,5	2.120,3	1.307,8	161,0%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	552,5	562,2	9,7	1,8%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	5.816,8	12.992,9	7.176,1	123,4%
IV.3.21 Transferências ANA	118,4	110,3	-8,1	-6,9%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	349,0	148,6	-200,4	-57,4%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	***101.374,8***	***105.740,1***	***4.365,2***	***4,3%***
IV.4.1 PAC	16.730,7	16.446,9	-283,8	-1,7%
d/q MCMV	5.999,7	2.564,6	-3.435,2	-57,3%
IV.4.3 Emissões de TDA	81,8	78,2	-3,7	-4,5%
IV.4.2 Demais Poder Executivo	79.878,0	84.383,7	4.505,6	5,6%
IV.4.4 LEJU/MPU	4.684,3	4.831,4	147,1	3,1%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**-**
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	**6.488,7**	**-23.770,2**	**-30.258,9**	**-**
VII. AJUSTE METODOLÓGICO	**1.043,7**			
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	**-877,2**			
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	**6.655,3**			
X. JUROS NOMINAIS [12/]	**-159.492,2**			
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	**-152.836,9**			

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição,

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - Valores de Mai/16 - IPCA

Discriminação	2015 Jan-Mai	2016 Jan-Mai	Diferença Jan-Mai/16 Jan-Mai/15	Variação (%)
I. RECEITA TOTAL	**588.849,2**	**552.739,3**	**-36.109,9**	**-6,1%**
I.1 - Receita Administrada pela RFB	**371.822,5**	**345.610,9**	**-26.211,6**	**-7,0%**
I.1.1 Imposto de Importação	18.199,6	13.561,0	-4.638,6	-25,5%
I.1.2 IPI	22.431,7	17.551,2	-4.880,5	-21,8%
I.1.3 Imposto de Renda	156.003,8	146.645,5	-9.358,3	-6,0%
I.1.4 IOF	15.407,5	14.268,7	-1.138,8	-7,4%
I.1.5 COFINS	93.644,5	87.227,8	-6.416,7	-6,9%
I.1.6 PIS/PASEP	24.891,8	23.328,7	-1.563,2	-6,3%
I.1.7 CSLL	34.429,7	34.575,8	146,1	0,4%
I.1.8 CPMF	0,3	1,9	1,6	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	6,8	2.717,1	2.710,3	-
I.1.10 Outras	6.806,7	5.733,3	-1.073,4	-15,8%
I.2 - Incentivos Fiscais	**0,0**	**-10,6**	**-10,6**	**-**
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	**154.294,8**	**144.224,7**	**-10.070,1**	**-6,5%**
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	**62.732,0**	**62.914,3**	**182,3**	**0,3%**
I.4.1 Concessões e Permissões	4.303,0	13.654,7	9.351,7	217,3%
I.4.2 Dividendos e Participações	3.224,1	801,4	-2.422,7	-75,1%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	5.056,2	4.602,4	-453,8	-9,0%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	13.562,1	9.453,1	-4.109,0	-30,3%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	6.271,7	5.526,4	-745,3	-11,9%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	9.635,4	8.959,1	-676,3	-7,0%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	2.092,1	2.273,9	181,7	8,7%
I.4.8 Operações com Ativos	0,0	209,7	209,7	-
I.4.9 Demais Receitas	18.587,3	17.433,7	-1.153,6	-6,2%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	**101.521,8**	**89.871,6**	**-11.650,3**	**-11,5%**
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	**83.008,8**	**73.881,2**	**-9.127,5**	**-11,0%**
II.2 Fundos Constitucionais	**2.676,5**	**3.196,2**	**519,7**	**19,4%**
II.2.1 Repasse Total	5.499,1	4.905,1	-594,0	-10,8%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-2.822,7	-1.709,0	1.113,7	-39,5%
II.3 Contribuição do Salário Educação	**6.820,8**	**5.360,0**	**-1.460,8**	**-21,4%**
II.4 Compensações Financeiras	**8.808,8**	**6.468,6**	**-2.340,2**	**-26,6%**
II.5 CIDE - Combustíveis	**8,8**	**747,1**	**738,3**	**-**
II.6 Demais	**198,1**	**218,4**	**20,3**	**10,3%**
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	**487.327,4**	**462.867,8**	**-24.459,6**	**-5,0%**
IV. DESPESA TOTAL	**479.894,3**	**486.721,9**	**6.827,6**	**1,4%**
IV.1 Benefícios Previdenciários	**184.887,2**	**194.586,7**	**9.699,5**	**5,2%**
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	**102.413,2**	**99.545,2**	**-2.867,9**	**-2,8%**
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	**79.638,4**	**85.385,0**	**5.746,6**	**7,2%**
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	19.962,7	25.966,7	6.004,0	30,1%
IV.3.2 Anistiados	108,8	101,5	-7,3	-6,7%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	1.421,8	140,6	-1.281,3	-90,1%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	562,2	222,6	-339,6	-60,4%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	19.600,9	20.447,4	846,5	4,3%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	2.648,8	2.274,0	-374,8	-14,1%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	1.395,4	2.128,1	732,6	52,5%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	12.620,9	10.181,7	-2.439,1	-19,3%
IV.3.10 Convênios	72,8	91,8	19,0	26,2%
IV.3.11 Doações	11,4	69,9	58,5	511,6%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	375,5	117,0	-258,4	-68,8%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	8.796,4	6.912,8	-1.883,6	-21,4%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	3.585,1	431,5	-3.153,6	-88,0%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	893,5	2.136,5	1.243,0	139,1%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	620,0	570,0	-50,0	-8,1%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	6.441,5	13.329,4	6.887,9	106,9%
IV.3.21 Transferências ANA	131,5	111,8	-19,7	-15,0%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	389,1	151,7	-237,4	-61,0%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	**112.955,5**	**107.204,9**	**-5.750,5**	**-5,1%**
IV.4.1 PAC	18.653,7	16.687,0	-1.966,7	-10,5%
d/q MCMV	6.694,8	2.602,0	-4.092,8	-61,1%
IV.4.3 Emissões de TDA	89,8	78,4	-11,5	-12,8%
IV.4.2 Demais Poder Executivo	89.011,6	85.547,7	-3.463,9	-3,9%
IV.4.4 LEJU/MPU	5.200,4	4.891,9	-308,5	-5,9%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**-**
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	**7.433,2**	**-23.854,1**	**-31.287,3**	**-**
VII. AJUSTE METODOLÓGICO	**1.161,7**			
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	**-967,4**			
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	**7.627,4**			
X. JUROS NOMINAIS	**-177.316,2**			
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	**-169.688,8**			

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	2015	2016		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Maio	Abril	Maio	Mai/16 Abr/16		Mai/16 Mai/15	
I. RECEITA TOTAL	**97.056,8**	**119.420,7**	**96.505,2**	**-22.915,6**	**-19,2%**	**-551,6**	**-0,6%**
I.1 - Receita Administrada pela RFB	**56.679,2**	**75.906,3**	**58.819,3**	**-17.087,0**	**-22,5%**	**2.140,2**	**3,8%**
I.1.1 Imposto de Importação	2.905,4	2.315,2	2.567,8	252,6	10,9%	-337,6	-11,6%
I.1.2 IPI	3.996,3	3.496,7	3.159,8	-336,8	-9,6%	-836,5	-20,9%
I.1.2.1 IPI - Fumo	344,2	397,7	976,1	578,4	145,4%	631,9	183,6%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	245,3	201,0	219,9	19,0	9,4%	-25,4	-10,3%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	334,5	381,1	557,1	176,0	46,2%	222,6	66,5%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.300,2	1.086,7	1.076,8	-9,9	-0,9%	-223,5	-17,2%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.772,1	1.430,2	329,9	-1.100,3	-76,9%	-1.442,2	-81,4%
I.1.3 Imposto de Renda	23.430,7	36.032,1	22.726,0	-13.306,1	-36,9%	-704,6	-3,0%
I.1.3.1 I.R. - PESSOA FÍSICA	2.872,0	7.844,8	2.941,1	-4.903,7	-62,5%	69,1	2,4%
I.1.3.2 I.R. - PESSOA JURÍDICA	6.681,9	13.340,7	5.640,1	-7.700,6	-57,7%	-1.041,7	-15,6%
I.1.3.3 I.R. - RETIDO NA FONTE	13.876,8	14.846,6	14.144,8	-701,8	-4,7%	268,0	1,9%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	7.620,7	8.141,4	8.185,9	44,5	0,5%	565,1	7,4%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.037,4	4.047,4	3.421,2	-626,2	-15,5%	383,8	12,6%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	2.467,2	1.847,4	1.725,9	-121,5	-6,6%	-741,3	-30,0%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	751,5	810,4	811,8	1,4	0,2%	60,4	8,0%
I.1.4 IOF	2.897,2	2.885,3	2.800,2	-85,1	-2,9%	-97,0	-3,3%
I.1.5 COFINS	16.435,7	16.805,0	17.997,0	1.192,0	7,1%	1.561,3	9,5%
I.1.6 PIS/PASEP	4.412,5	4.391,6	4.609,2	217,6	5,0%	196,7	4,5%
I.1.7 CSLL	3.516,3	7.826,8	4.286,3	-3.540,5	-45,2%	770,0	21,9%
I.1.8 CPMF	0,0	0,9	0,1	-0,8	-92,2%	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	20,5	455,4	804,6	349,2	76,7%	784,1	-
I.1.10 Outras	-935,4	1.697,4	-131,6	-1.829,0	-	803,8	-85,9%
I.2 - Incentivos Fiscais	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**-**	**0,0**	**-**
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS [2/]	**28.320,2**	**30.431,4**	**28.248,4**	**-2.183,0**	**-7,2%**	**-71,8**	**-0,3%**
I.3.1 Urbana	27.671,7	29.695,9	27.524,5	-2.171,5	-7,3%	-147,2	-0,5%
I.3.2 Rural	648,5	735,5	723,9	-11,6	-1,6%	75,5	11,6%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	**12.057,4**	**13.083,0**	**9.437,4**	**-3.645,6**	**-27,9%**	**-2.620,0**	**-21,7%**
I.4.1 Concessões e Permissões	2.869,6	1.230,0	462,8	-767,2	-62,4%	-2.406,8	-83,9%
I.4.2 Dividendos e Participações	683,8	206,3	195,2	-11,0	-5,4%	-488,6	-71,4%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	890,5	906,2	936,0	29,8	3,3%	45,4	5,1%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	1.495,2	1.492,1	2.173,8	681,8	45,7%	678,6	45,4%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	959,8	1.036,4	1.196,6	160,2	15,5%	236,9	24,7%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.482,0	1.536,9	1.527,3	-9,6	-0,6%	45,3	3,1%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	431,7	430,9	492,0	61,0	14,2%	60,3	14,0%
I.4.8 Operações com Ativos	0,0	69,3	69,6	0,3	0,4%	69,6	-
I.4.9 Demais Receitas	3.244,8	6.175,0	2.384,1	-3.790,9	-61,4%	-860,8	-26,5%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	**19.630,2**	**15.775,2**	**20.227,0**	**4.451,8**	**28,2%**	**596,8**	**3,0%**
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	**16.110,7**	**12.893,0**	**17.077,4**	**4.184,5**	**32,5%**	**966,7**	**6,0%**
II.2 Fundos Constitucionais	**532,5**	**642,1**	**682,9**	**40,8**	**6,4%**	**150,3**	**28,2%**
II.2.1 Repasse Total	1.069,9	855,5	1.134,4	278,9	32,6%	64,4	6,0%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-537,4	-213,4	-451,5	-238,1	111,5%	85,9	-16,0%
II.3 Contribuição do Salário Educação	**899,7**	**924,3**	**922,1**	**-2,2**	**-0,2%**	**22,4**	**2,5%**
II.4 Compensações Financeiras	**2.056,8**	**874,3**	**1.519,4**	**645,0**	**73,8%**	**-537,5**	**-26,1%**
II.5 CIDE - Combustíveis	**0,0**	**413,2**	**0,0**	**-413,2**	**-100,0%**	**0,0**	**-**
II.6 Demais	**30,3**	**28,3**	**25,2**	**-3,1**	**-10,9%**	**-5,2**	**-17,0%**
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	**77.426,6**	**103.645,5**	**76.278,2**	**-27.367,4**	**-26,4%**	**-1.148,4**	**-1,5%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões - Valores de Mai/16 - IPCA

Discriminação	2015	2016		Diferença Mai/16 Abr/16	Variação (%) Mai/16 Abr/16	Diferença Mai/16 Mai/15	Variação (%) Mai/16 Mai/15
	Maio	Abril	Maio				
I. RECEITA TOTAL	**106.104,1**	**120.352,2**	**96.505,2**	**-23.847,1**	**-19,8%**	**-9.599,0**	**-9,0%**
I.1 - Receita Administrada pela RFB	**61.962,6**	**76.498,4**	**58.819,3**	**-17.679,1**	**-23,1%**	**-3.143,3**	**-5,1%**
I.1.1 Imposto de Importação	3.176,2	2.333,2	2.567,8	234,5	10,1%	-608,5	-19,2%
I.1.2 IPI	4.368,9	3.524,0	3.159,8	-364,1	-10,3%	-1.209,0	-27,7%
I.1.2.1 IPI - Fumo	376,2	400,8	976,1	575,3	143,5%	599,9	159,4%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	268,1	202,5	219,9	17,4	8,6%	-48,2	-18,0%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	365,7	384,1	557,1	173,0	45,0%	191,4	52,3%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.421,5	1.095,2	1.076,8	-18,4	-1,7%	-344,7	-24,2%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.937,3	1.441,4	329,9	-1.111,4	-77,1%	-1.607,4	-83,0%
I.1.3 Imposto de Renda	25.614,8	36.313,2	22.726,0	-13.587,1	-37,4%	-2.888,8	-11,3%
I.1.3.1 I.R. - PESSOA FÍSICA	3.139,7	7.906,0	2.941,1	-4.964,9	-62,8%	-198,6	-6,3%
I.1.3.2 I.R. - PESSOA JURÍDICA	7.304,7	13.444,8	5.640,1	-7.804,6	-58,0%	-1.664,6	-22,8%
I.1.3.3 I.R. - RETIDO NA FONTE	15.170,4	14.962,4	14.144,8	-817,6	-5,5%	-1.025,6	-6,8%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	8.331,1	8.204,9	8.185,9	-19,0	-0,2%	-145,2	-1,7%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.320,5	4.079,0	3.421,2	-657,8	-16,1%	100,7	3,0%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	2.697,2	1.861,8	1.725,9	-135,9	-7,3%	-971,3	-36,0%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	821,6	816,7	811,8	-4,9	-0,6%	-9,7	-1,2%
I.1.4 IOF	3.167,3	2.907,8	2.800,2	-107,6	-3,7%	-367,0	-11,6%
I.1.5 COFINS	17.967,8	16.936,1	17.997,0	1.060,9	6,3%	29,2	0,2%
I.1.6 PIS/PASEP	4.823,8	4.425,8	4.609,2	183,4	4,1%	-214,6	-4,4%
I.1.7 CSLL	3.844,1	7.887,9	4.286,3	-3.601,6	-45,7%	442,2	11,5%
I.1.8 CPMF	0,0	0,9	0,1	-0,8	-92,3%	0,0	90,2%
I.1.9 CIDE Combustíveis	22,4	458,9	804,6	345,6	75,3%	782,2	-
I.1.10 Outras	-1.022,6	1.710,6	-131,6	-1.842,3	-	891,0	-87,1%
I.2 - Incentivos Fiscais	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**-**	**0,0**	**-**
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS [/2]	**30.960,1**	**30.668,8**	**28.248,4**	**-2.420,4**	**-7,9%**	**-2.711,7**	**-8,8%**
I.3.1 Urbana	30.251,2	29.927,5	27.524,5	-2.403,1	-8,0%	-2.726,7	-9,0%
I.3.2 Rural	708,9	741,3	723,9	-17,3	-2,3%	15,0	2,1%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	**13.181,4**	**13.185,0**	**9.437,4**	**-3.747,6**	**-28,4%**	**-3.744,0**	**-28,4%**
I.4.1 Concessões e Permissões	3.137,0	1.239,5	462,8	-776,8	-62,7%	-2.674,3	-85,2%
I.4.2 Dividendos e Participações	747,5	207,9	195,2	-12,7	-6,1%	-552,3	-73,9%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	973,6	913,2	936,0	22,7	2,5%	-37,6	-3,9%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	1.634,6	1.503,7	2.173,8	670,1	44,6%	539,2	33,0%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.049,2	1.044,5	1.196,6	152,2	14,6%	147,4	14,0%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.620,2	1.548,9	1.527,3	-21,6	-1,4%	-92,9	-5,7%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	471,9	434,3	492,0	57,7	13,3%	20,0	4,2%
I.4.8 Operações com Ativos	0,0	69,8	69,6	-0,2	-0,3%	69,6	-
I.4.9 Demais Receitas	3.547,3	6.223,2	2.384,1	-3.839,1	-61,7%	-1.163,2	-32,8%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	**21.460,0**	**15.898,2**	**20.227,0**	**4.328,7**	**27,2%**	**-1.233,1**	**-5,7%**
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	**17.612,5**	**12.993,5**	**17.077,4**	**4.083,9**	**31,4%**	**-535,1**	**-3,0%**
II.2 Fundos Constitucionais	**582,2**	**647,1**	**682,9**	**35,8**	**5,5%**	**100,7**	**17,3%**
II.2.1 Repasse Total	1.169,7	862,2	1.134,4	272,2	31,6%	-35,3	-3,0%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-587,5	-215,1	-451,5	-236,4	109,9%	136,0	-23,1%
II.3 Contribuição do Salário Educação	**983,6**	**931,5**	**922,1**	**-9,4**	**-1,0%**	**-61,5**	**-6,3%**
II.4 Compensações Financeiras	**2.248,6**	**881,1**	**1.519,4**	**638,2**	**72,4%**	**-729,2**	**-32,4%**
II.5 CIDE - Combustíveis	**0,0**	**416,4**	**0,0**	**-416,4**	**-100,0%**	**0,0**	**-**
II.6 Demais	**33,2**	**28,5**	**25,2**	**-3,3**	**-11,6%**	**-8,0**	**-24,1%**
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	**84.644,1**	**104.454,0**	**76.278,2**	**-28.175,8**	**-27,0%**	**-8.365,9**	**-9,9%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - A Preços Correntes

TESOURO NACIONAL

Discriminação	2015 Jan-Mai	2016 Jan-Mai	Diferença Jan-Mai/16 Jan-Mai/15	Variação (%)
I. RECEITA TOTAL	**528.717,8**	**544.918,8**	**16.201,0**	**3,1%**
I.1 - Receita Administrada pela RFB	**333.612,5**	**340.683,6**	**7.071,0**	**2,1%**
I.1.1 Imposto de Importação	16.349,6	13.372,6	-2.977,1	-18,2%
I.1.2 IPI	20.135,5	17.307,5	-2.827,9	-14,0%
I.1.2.1 IPI - Fumo	2.448,5	2.989,0	540,4	22,1%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	1.314,2	1.005,3	-308,9	-23,5%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	1.892,5	1.574,8	-317,7	-16,8%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	6.934,1	5.679,3	-1.254,8	-18,1%
I.1.2.5 IPI - Outros	7.546,2	6.059,3	-1.486,9	-19,7%
I.1.3 Imposto de Renda	139.953,6	144.504,9	4.551,3	3,3%
I.1.3.1 I.R. - PESSOA FÍSICA	13.913,5	14.686,9	773,4	5,6%
I.1.3.2 I.R. - PESSOA JURÍDICA	53.995,0	54.516,5	521,5	1,0%
I.1.3.3 I.R. - RETIDO NA FONTE	72.045,1	75.301,5	3.256,4	4,5%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	40.104,0	42.326,5	2.222,5	5,5%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	16.802,2	18.863,3	2.061,2	12,3%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	10.291,5	9.833,3	-458,1	-4,5%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	4.847,4	4.278,3	-569,2	-11,7%
I.1.4 IOF	13.853,3	14.075,3	222,0	1,6%
I.1.5 COFINS	84.101,0	86.057,8	1.956,7	2,3%
I.1.6 PIS/PASEP	22.353,5	23.010,7	657,2	2,9%
I.1.7 CSLL	30.785,3	34.025,5	3.240,2	10,5%
I.1.8 CPMF	0,3	1,9	1,6	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	6,2	2.684,8	2.678,6	-
I.1.10 Outras	6.074,0	5.642,6	-431,4	-7,1%
I.2 - Incentivos Fiscais	**0,0**	**-10,5**	**-10,5**	**-**
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	**138.716,0**	**142.331,8**	**3.615,8**	**2,6%**
I.3.1 Urbana	135.955,7	139.145,1	3.189,4	2,3%
I.3.2 Rural	2.760,3	3.186,7	426,4	15,4%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	**56.389,3**	**61.914,0**	**5.524,6**	**9,8%**
I.4.1 Concessões e Permissões	3.916,7	13.328,2	9.411,4	240,3%
I.4.2 Dividendos e Participações	2.917,3	794,3	-2.123,1	-72,8%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	4.541,8	4.541,7	-0,1	0,0%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	12.136,5	9.312,8	-2.823,7	-23,3%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	5.622,7	5.453,8	-168,9	-3,0%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	8.632,2	8.824,1	191,9	2,2%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	1.881,4	2.243,6	362,2	19,3%
I.4.8 Operações com Ativos	0,0	208,2	208,2	-
I.4.9 Demais Receitas	16.740,6	17.207,3	466,8	2,8%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	**91.129,9**	**88.685,0**	**-2.445,0**	**-2,7%**
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	**74.524,2**	**72.910,7**	**-1.613,5**	**-2,2%**
II.2 Fundos Constitucionais	**2.407,1**	**0,0**	**-2.407,1**	**-100,0%**
II.2.1 Repasse Total	4.937,2	4.840,7	-96,5	-2,0%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-2.530,2	-1.686,1	844,1	-33,4%
II.3 Contribuição do Salário Educação	**6.102,0**	**5.285,6**	**-816,4**	**-13,4%**
II.4 Compensações Financeiras	**7.911,6**	**6.384,5**	**-1.527,1**	**-19,3%**
II.5 CIDE - Combustíveis	**7,8**	**735,0**	**727,2**	**-**
II.6 Demais	**177,2**	**214,5**	**37,2**	**21,0%**
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	**437.587,9**	**456.233,9**	**18.646,0**	**4,3%**

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - Valores de mai/16 - IPCA

TESOURO NACIONAL

Discriminação	2015 Jan-Mai	2016 Jan-Mai	Diferença Jan-Mai/16 Jan-Mai/15	Variação (%)
I. RECEITA TOTAL	**588.849,2**	**552.739,3**	**-36.109,9**	**-6,1%**
I.1 - Receita Administrada pela RFB	**371.822,5**	**345.610,9**	**-26.211,6**	**-7,0%**
I.1.1 Imposto de Importação	18.199,6	13.561,0	-4.638,6	-25,5%
I.1.2 IPI	22.431,7	17.551,2	-4.880,5	-21,8%
I.1.2.1 IPI - Fumo	2.754,4	3.026,5	272,2	9,9%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	1.464,1	1.018,2	-445,9	-30,5%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	2.105,2	1.591,9	-513,2	-24,4%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	7.716,2	5.757,1	-1.959,1	-25,4%
I.1.2.5 IPI - Outros	8.391,9	6.157,4	-2.234,5	-26,6%
I.1.3 Imposto de Renda	156.003,8	146.645,5	-9.358,3	-6,0%
I.1.3.1 I.R. - PESSOA FÍSICA	15.377,9	14.833,0	-544,9	-3,5%
I.1.3.2 I.R. - PESSOA JURÍDICA	60.386,0	55.434,0	-4.952,1	-8,2%
I.1.3.3 I.R. - RETIDO NA FONTE	80.239,9	76.378,5	-3.861,4	-4,8%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	44.675,5	42.924,3	-1.751,3	-3,9%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	18.716,5	19.135,1	418,6	2,2%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	11.456,9	9.978,3	-1.478,6	-12,9%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	5.390,9	4.340,8	-1.050,0	-19,5%
I.1.4 IOF	15.407,5	14.268,7	-1.138,8	-7,4%
I.1.5 COFINS	93.644,5	87.227,8	-6.416,7	-6,9%
I.1.6 PIS/PASEP	24.891,8	23.328,7	-1.563,2	-6,3%
I.1.7 CSLL	34.429,7	34.575,8	146,1	0,4%
I.1.8 CPMF	0,3	1,9	1,6	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	6,8	2.717,1	2.710,3	-
I.1.10 Outras	6.806,7	5.733,3	-1.073,4	-15,8%
I.2 - Incentivos Fiscais	**0,0**	**-10,6**	**-10,6**	**-**
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	**154.294,8**	**144.224,7**	**-10.070,1**	**-6,5%**
I.3.1 Urbana	151.228,1	140.998,3	-10.229,8	-6,8%
I.3.2 Rural	3.066,7	3.226,4	159,7	5,2%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	**62.732,0**	**62.914,3**	**182,3**	**0,3%**
I.4.1 Concessões e Permissões	4.303,0	13.654,7	9.351,7	217,3%
I.4.2 Dividendos e Participações	3.224,1	801,4	-2.422,7	-75,1%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	5.056,2	4.602,4	-453,8	-9,0%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	13.562,1	9.453,1	-4.109,0	-30,3%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	6.271,7	5.526,4	-745,3	-11,9%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	9.635,4	8.959,1	-676,3	-7,0%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	2.092,1	2.273,9	181,7	8,7%
I.4.8 Operações com Ativos	0,0	209,7	209,7	-
I.4.9 Demais Receitas	18.587,3	17.433,7	-1.153,6	-6,2%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	**101.521,8**	**89.871,6**	**-11.650,3**	**-11,5%**
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	**83.008,8**	**73.881,2**	**-9.127,5**	**-11,0%**
II.2 Fundos Constitucionais	**2.676,5**	**3.196,2**	**519,7**	**19,4%**
II.2.1 Repasse Total	5.499,1	4.905,1	-594,0	-10,8%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-2.822,7	-1.709,0	1.113,7	-39,5%
II.3 Contribuição do Salário Educação	**6.820,8**	**5.360,0**	**-1.460,8**	**-21,4%**
II.4 Compensações Financeiras	**8.808,8**	**6.468,6**	**-2.340,2**	**-26,6%**
II.5 CIDE - Combustíveis	**8,8**	**747,1**	**738,3**	**-**
II.6 Demais	**198,1**	**218,4**	**20,3**	**10,3%**
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	**487.327,4**	**462.867,8**	**-24.459,6**	**-5,0%**

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal
R$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	2015	2016		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Maio	Abril	Maio	Mai/16 Abr/16		Mai/16 Mai/15	
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	**683,8**	**206,3**	**195,2**	**-11,0**	**-5,4%**	**-488,6**	**-71,4%**
Banco do Brasil	655,7	0,0	194,3	194,3	-	-461,4	-70,4%
BNB	0,3	9,4	0,0	-9,4	-100,0%	-0,3	-100,0%
BNDES	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Caixa	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IRB	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Demais	27,7	196,8	0,9	-195,9	-99,5%	-26,8	-96,7%

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal
R$ Milhões - Valores de mai/16 - IPCA

Discriminação	2015	2016		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Maio	Abril	Maio	Mai/16 Abr/16		Mai/16 Mai/15	
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	**747,5**	**0,0**	**195,2**	**195,2**	**-**	**-552,3**	**-73,9%**
Banco do Brasil	716,8	0,0	194,3	194,3	-	-522,5	-72,9%
BNB	0,4	0,0	0,0	0,0	-	-0,4	-100,0%
BNDES	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Caixa	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IRB	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Demais	30,3	0,0	0,9	0,9	-	-29,4	-97,0%

Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano

R$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	2015 Jan-Mai	2016 Jan-Mai	Diferença Jan-Mai/16 Jan-Mai/15	Variação (%) Jan-Mai/16 Jan-Mai/15
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	**2.917,3**	**794,3**	**-2.123,1**	**-72,8%**
Banco do Brasil	1.336,6	468,8	-867,8	-0,6
BNB	221,5	9,4	-212,1	-1,0
BNDES	0,0	0,0	0,0	-
Caixa	1.072,8	57,1	-1.015,7	-0,9
Correios	0,0	0,0	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-
IRB	88,5	58,5	-30,0	-0,3
Petrobras	0,0	0,0	0,0	-
Demais	197,9	200,4	2,5	0,0

Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - Valores de mai/16 - IPCA

Discriminação	2015 Jan-Mai	2016 Jan-Mai	Diferença Jan-Mai/16 Jan-Mai/15	Variação (%)
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	**3.224,1**	**801,4**	**-2.422,7**	**-75,1%**
Banco do Brasil	1.474,0	472,6	-1.001,3	-0,7
BNB	243,9	9,5	-234,4	-1,0
BNDES	0,0	0,0	0,0	-
Caixa	1.189,8	57,9	-1.131,9	-1,0
Correios	0,0	0,0	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-
IRB	98,2	59,3	-38,9	-0,4
Petrobras	0,0	0,0	0,0	-
Demais	218,1	202,0	-16,1	-0,1

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R$ Milhões - A Preços Correntes

TESOURO NACIONAL

Discriminação	2015	2016		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Maio	Abril	Maio	Mai/16 Abr/16		Mai/16 Mai/15	
IV. DESPESA TOTAL	**85.500,7**	**93.860,9**	**91.771,9**	**-2.088,9**	**-2,2%**	**6.271,3**	**7,3%**
IV.1 Benefícios Previdenciários	***34.631,3***	***38.944,5***	***40.487,7***	***1.543,2***	***4,0%***	***5.856,4***	***16,9%***
Benefícios Previdenciários - Urbano	27.096,8	30.416,8	31.844,3	1.427,5	4,7%	4.747,4	17,5%
Sentenças Judiciais e Precatórios	379,7	429,1	585,4	156,3	36,4%	205,7	54,2%
Benefícios Previdenciários - Rural	7.534,5	8.527,7	8.643,4	115,7	1,4%	1.109,0	14,7%
Sentenças Judiciais e Precatórios	106,1	121,0	159,8	38,7	32,0%	53,7	50,6%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	***18.222,8***	***19.156,8***	***19.054,8***	***-102,0***	***-0,5%***	***832,0***	***4,6%***
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	162,8	173,8	194,0	20,3	11,7%	31,2	19,2%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	***12.301,3***	***13.658,1***	***12.587,8***	***-1.070,2***	***-7,8%***	***286,6***	***2,3%***
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	3.287,4	3.442,2	3.244,6	-197,6	-5,7%	-42,8	-1,3%
Abono	395,0	0,0	528,0	528,0	-	133,0	33,7%
Seguro Desemprego	2.892,4	3.442,2	2.716,6	-725,6	-21,1%	-175,8	-6,1%
d/q Seguro Defeso	245,4	35,3	46,4	11,1	31,4%	-199,0	-81,1%
IV.3.2 Anistiados	12,6	22,0	18,6	-3,4	-15,2%	6,1	48,5%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	23,5	0,0	-23,5	-100,0%	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	43,0	45,2	44,2	-1,1	-2,3%	1,2	2,8%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	3.561,8	4.085,0	4.136,9	51,8	1,3%	575,1	16,1%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	71,0	70,2	95,6	25,4	36,2%	24,6	34,7%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	531,7	430,9	492,2	61,2	14,2%	-39,5	-7,4%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	235,7	247,8	344,9	97,2	39,2%	109,2	46,3%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.142,4	3.320,7	1.016,2	-2.304,5	-69,4%	-1.126,2	-52,6%
IV.3.10 Convênios	11,7	15,2	16,8	1,6		5,1	
IV.3.11 Doações	1,9	1,3	1,7	0,3	24,1%	-0,3	-13,9%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	249,4	26,6	31,6	5,0	19,0%	-217,8	-87,3%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	773,1	800,9	1.918,3	1.117,5	139,5%	1.145,2	148,1%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	616,7	95,6	93,9	-1,7	-1,8%	-522,8	-84,8%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	162,5	812,5	812,5	0,0	0,0%	650,0	400,0%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	61,5	116,0	129,2	13,3	11,4%	67,7	110,0%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	515,8	145,3	272,8	127,6	87,8%	-243,0	-47,1%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	447,4	63,1	199,6	136,5	216,5%	-247,8	-55,4%
Equalização de custeio agropecuário	170,2	24,2	23,7	-0,5	-2,2%	-146,5	-86,1%
Equalização de invest. rural e agroindustrial	4,1	6,4	6,0	-0,4	-6,0%	2,0	48,4%
Política de preços agrícolas	45,4	-117,3	13,5	130,8	-	-31,9	-70,3%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,1	0,0	0,0	-18,3%	0,0	-
Equalização Aquisições do Governo Federal	-7,7	-120,0	4,1	124,1	-	11,8	-
Garantia à Sustentação de Preços	53,1	2,7	9,3	6,6	246,6%	-43,8	-82,4%
Pronaf	69,1	15,8	-9,8	-25,6	-	-78,9	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	18,7	11,6	15,8	4,2	36,3%	-3,0	-15,8%
Concessão de Financiamento	50,3	4,2	-25,6	-29,8	-	-75,9	-
Aquisição	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	
Proex	92,2	27,3	56,5	29,2		-35,7	
Equalização Empréstimo do Governo Federal	57,1	52,3	59,2	6,9	13,1%	2,1	3,6%
Concessão de Financiamento	35,1	-25,0	-2,7	22,3	-89,3%	-37,8	-
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	0,0	71,3	0,0	-71,3	-100,0%	0,0	-
Álcool	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA	54,5	28,0	-9,3	-37,3	-	-63,8	-
Funcafé	6,3	2,9	10,1	7,1	242,4%	3,8	59,5%
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	5,7	4,3	4,0	-0,2	-5,7%	-1,7	-29,1%
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	103,9	103,9	-	103,9	-
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,0	0,0	0,9	0,9	-	0,9	-
Sudene	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções	-0,1	0,0	0,0	0,0	-	0,1	-100,0%
Proagro	115,0	82,2	82,2	0,0	0,0%	-32,8	-28,5%
PNAFE	-46,6	0,0	-8,9	-8,9	-	37,7	-80,8%
PRODECER	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	28,3	27,4	13,5	-13,9	-50,7%	-14,8	-52,3%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	66,0	0,0	0,0	0,0	-	-66,0	-100,0%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	***20.345,3***	***22.101,5***	***19.641,7***	***-2.459,9***	***-11,1%***	***-703,7***	***-3,5%***
IV.4.1 Discricionárias Executivo	19.120,8	21.091,9	18.569,5	-2.522,4	-12,0%	-551,3	-2,9%
IV.4.1.1 PAC	3.431,5	3.573,3	2.285,3	-1.288,0	-36,0%	-1.146,3	-33,4%
d/q MCMV	1.069,3	517,6	424,1	-93,5	-18,1%	-645,3	-60,3%
IV.4.1.2 Demais	15.630,3	17.497,9	16.229,5	-1.268,4	-7,2%	599,2	3,8%
Min. da Saúde	6.947,2	7.440,3	7.583,7	143,4	1,9%	636,6	9,2%
Min. do Des. Social	2.432,5	2.028,1	2.680,9	652,8	32,2%	248,4	10,2%
Min. da Educação	3.062,6	2.992,4	2.404,4	-588,0	-19,6%	-658,1	-21,5%
Demais	3.188,0	5.037,1	3.560,4	-1.476,7	-29,3%	372,4	11,7%
IV.4.1.3 Emissões de TDA	59,0	20,7	54,7	34,0	164,0%	-4,3	-7,2%
IV.4.2 LEJU/MPU	1.224,5	1.009,6	1.072,2	62,6	6,2%	-152,4	-12,4%
Legislativo	160,1	135,5	145,2	9,7	7,2%	-14,9	-9,3%
Judiciário	872,0	667,5	698,2	30,7	4,6%	-173,7	-19,9%
Demais	192,4	206,6	228,7	22,1	10,7%	36,3	18,9%

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R$ Milhões - Valores de mai/16 - IPCA

Discriminação	2015	2016		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Maio	Abril	Maio	Mai/16 Abr/16		Mai/16 Mai/15	
IV. DESPESA TOTAL	**93.470,8**	**94.593,0**	**91.771,9**	**-2.821,0**	**-3,0%**	**-1.698,8**	**-1,8%**
IV.1 Benefícios Previdenciários	***37.859,5***	***39.248,3***	***40.487,7***	***1.239,4***	***3,2%***	***2.628,2***	***6,9%***
Benefícios Previdenciários - Urbano	29.622,7	30.654,1	31.844,3	1.190,2	3,9%	2.221,6	7,5%
Sentenças Judiciais e Precatórios	415,1	432,4	585,4	153,0	35,4%	170,3	41,0%
Benefícios Previdenciários - Rural	8.236,8	8.594,2	8.643,4	49,2	0,6%	406,6	4,9%
Sentenças Judiciais e Precatórios	115,9	122,0	159,8	37,8	31,0%	43,8	37,8%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	***19.921,4***	***19.306,2***	***19.054,8***	***-251,5***	***-1,3%***	***-866,7***	***-4,4%***
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	178,0	175,1	194,0	18,9	10,8%	16,1	9,0%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	***13.448,0***	***13.764,6***	***12.587,8***	***-1.176,8***	***-8,5%***	***-860,1***	***-6,4%***
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	3.593,8	3.469,1	3.244,6	-224,5	-6,5%	-349,2	-9,7%
Abono	431,8	0,0	528,0	528,0	-	96,2	22,3%
Seguro Desemprego	3.162,0	3.469,1	2.716,6	-752,5	-21,7%	-445,4	-14,1%
d/q Seguro Defeso	268,2	35,6	46,4	10,8	30,4%	-221,8	-82,7%
IV.3.2 Anistiados	13,7	22,2	18,6	-3,5	-15,9%	4,9	35,9%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	23,7	0,0	-23,7	-100,0%	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	47,0	45,6	44,2	-1,4	-3,1%	-2,8	-6,0%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	3.893,8	4.116,9	4.136,9	20,0	0,5%	243,1	6,2%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	77,6	70,8	95,6	24,9	35,2%	18,0	23,2%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	581,3	434,3	492,2	57,9	13,3%	-89,1	-15,3%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	257,7	249,7	344,9	95,2	38,1%	87,3	33,9%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.342,1	3.346,6	1.016,2	-2.330,4	-69,6%	-1.325,9	-56,6%
IV.3.10 Convênios	12,8	15,3	16,8	1,5		4,0	
IV.3.11 Doações	2,1	1,3	1,7	0,3	23,1%	-0,4	-21,2%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	272,6	26,8	31,6	4,8	18,1%	-241,0	-88,4%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	845,2	807,1	1.918,3	1.111,2	137,7%	1.073,2	127,0%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	674,1	96,3	93,9	-2,4	-2,5%	-580,3	-86,1%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	177,6	818,8	812,5	-6,3	-0,8%	634,9	357,4%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	67,3	116,9	129,2	12,4	10,6%	62,0	92,1%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	563,9	146,4	272,8	126,4	86,4%	-291,1	-51,6%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	489,1	63,6	199,6	136,0	214,0%	-289,5	-59,2%
Equalização de custeio agropecuário	186,1	24,4	23,7	-0,7	-3,0%	-162,4	-87,3%
Equalização de invest. rural e agroindustrial [5/]	4,5	6,5	6,0	-0,4	-6,7%	1,6	35,8%
Política de preços agrícolas	49,6	-118,2	13,5	131,7	-	-36,1	-72,8%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,1	0,0	0,0	-19,0%	0,0	-
Equalização Aquisições do Governo Federal	-8,4	-121,0	4,1	125,1	-	12,5	-
Garantia à Sustentação de Preços	58,0	2,7	9,3	6,6	243,9%	-48,7	-83,9%
Pronaf	75,5	15,9	-9,8	-25,8	-	-85,3	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	20,5	11,7	15,8	4,1	35,3%	-4,7	-23,0%
Concessão de Financiamento [6/]	55,0	4,3	-25,6	-29,9	-	-80,6	-
Aquisição	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	
Proex	100,8	27,5	56,5	29,0		-44,3	
Equalização Empréstimo do Governo Federal	62,5	52,7	59,2	6,5	12,3%	-3,3	-5,2%
Concessão de Financiamento [6/]	38,4	-25,2	-2,7	22,5	-89,4%	-41,0	-
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) [7/]	0,0	71,8	0,0	-71,8	-100,0%	0,0	-
Álcool	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA [6/]	59,6	28,3	-9,3	-37,6	-	-68,9	-
Funcafé	6,9	3,0	10,1	7,1	239,7%	3,2	45,9%
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	6,2	4,3	4,0	-0,3	-6,4%	-2,2	-35,1%
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) [8/]	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) [6/]	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	103,9	103,9	-	103,9	-
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,0	0,0	0,9	0,9	-	0,9	-
Sudene	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções [11/]	-0,1	0,0	0,0	0,0	-	0,1	-100,0%
Proagro	125,7	82,8	82,2	-0,6	-0,8%	-43,5	-34,6%
PNAFE	-50,9	0,0	-8,9	-8,9	-	42,0	-82,5%
PRODECER	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	30,9	27,6	13,5	-14,1	-51,1%	-17,4	-56,3%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	72,1	0,0	0,0	0,0	-	-72,1	-100,0%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	***22.241,8***	***22.273,9***	***19.641,7***	***-2.632,3***	***-11,8%***	***-2.600,2***	***-11,7%***
IV.4.1 Discricionárias Executivo	20.903,2	21.256,5	18.569,5	-2.687,0	-12,6%	-2.333,7	-11,2%
IV.4.1.1 PAC	3.751,4	3.601,2	2.285,3	-1.315,9	-36,5%	-1.466,2	-39,1%
d/q MCMV	1.169,0	521,6	424,1	-97,6	-18,7%	-744,9	-63,7%
IV.4.1.2 Demais	17.087,3	17.634,4	16.229,5	-1.404,9	-8,0%	-857,8	-5,0%
Min. da Saúde	7.594,8	7.498,4	7.583,7	85,4	1,1%	-11,0	-0,1%
Min. do Des. Social	2.659,3	2.043,9	2.680,9	637,0	31,2%	21,7	0,8%
Min. da Educação	3.348,0	3.015,7	2.404,4	-611,3	-20,3%	-943,6	-28,2%
Demais	3.485,2	5.076,3	3.560,4	-1.516,0	-29,9%	75,2	2,2%
IV.4.1.3 Emissões de TDA	64,5	20,9	54,7	33,8	162,0%	-9,8	-15,1%
IV.4.2 LEJU/MPU	1.338,7	1.017,5	1.072,2	54,7	5,4%	-266,5	-19,9%
Legislativo	175,1	136,5	145,2	8,7	6,4%	-29,9	-17,1%
Judiciário	953,2	672,7	698,2	25,5	3,8%	-255,0	-26,8%
Demais	210,4	208,2	228,7	20,5	9,8%	18,4	8,7%

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - A Preços Correntes

TESOURO NACIONAL

Discriminação	2015 Jan-Mai	2016 Jan-Mai	Diferença Jan-Mai/16 Jan-Mai/15	Variação (%)
IV. DESPESA TOTAL	**431.099,2**	**480.004,1**	**48.904,9**	**11,3%**
IV.1 Benefícios Previdenciários	***166.189,0***	***192.064,0***	***25.875,0***	***15,6%***
Benefícios Previdenciários - Urbano	128.921,8	149.782,0	20.860,3	16,2%
Sentenças Judiciais e Precatórios	1.865,8	2.239,1	373,3	20,0%
Benefícios Previdenciários - Rural	37.267,2	42.281,9	5.014,7	13,5%
Sentenças Judiciais e Precatórios	543,4	639,0	95,6	17,6%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	***91.973,1***	***98.181,6***	***6.208,5***	***6,8%***
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	747,7	844,2	96,5	12,9%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	***71.562,3***	***84.018,4***	***12.456,1***	***17,4%***
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	17.918,3	25.557,8	7.639,6	42,6%
Abono	594,3	10.132,3	9.538,1	-
Seguro Desemprego	17.324,0	15.425,5	-1.898,5	-11,0%
d/q Seguro Defeso	2.207,0	761,1	-1.445,9	-65,5%
IV.3.2 Anistiados	97,8	100,2	2,4	2,5%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	1.250,0	138,3	-1.111,7	-88,9%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	506,4	219,7	-286,7	-56,6%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	17.614,5	20.178,7	2.564,2	14,6%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	377,8	386,2	8,4	2,2%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	2.381,6	2.243,8	-137,8	-5,8%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	1.257,8	2.092,0	834,2	66,3%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	11.374,9	10.040,8	-1.334,1	-11,7%
IV.3.10 Convênios	65,2	90,5	25,3	38,7%
IV.3.11 Doações	10,3	68,2	57,9	564,9%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	341,6	115,8	-225,8	-66,1%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	7.876,0	6.812,3	-1.063,8	-13,5%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	3.218,7	426,0	-2.792,7	-86,8%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	812,5	2.120,3	1.307,8	161,0%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	552,5	562,2	9,7	1,8%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	5.816,8	12.992,9	7.176,1	123,4%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	5.074,6	12.272,4	7.197,9	141,8%
Equalização de custeio agropecuário	816,0	1.169,5	353,5	43,3%
Equalização de invest. rural e agroindustrial	24,5	1.819,9	1.795,4	-
Política de preços agrícolas	26,4	-156,6	-183,1	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	17,7	66,5	48,8	275,4%
Equalização Aquisições do Governo Federal	-119,9	-259,9	-140,0	116,8%
Garantia à Sustentação de Preços	128,6	36,7	-91,8	-71,4%
Pronaf	627,2	3.067,8	2.440,6	389,1%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	579,8	3.084,2	2.504,4	431,9%
Concessão de Financiamento	47,4	-16,4	-63,8	-
Aquisição	0,0	0,0	0,0	-
Proex	236,1	371,4	135,3	57,3%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	306,3	311,2	4,9	1,6%
Concessão de Financiamento	-70,2	60,1	130,4	-
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	221,6	225,7	4,1	1,8%
Álcool	24,7	27,6	2,9	11,6%
Cacau	0,0	0,0	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA	28,6	16,1	-12,6	-43,9%
Funcafé	29,9	39,2	9,4	31,4%
Revitaliza	1,2	14,4	13,2	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	2.121,5	5.112,4	2.990,9	141,0%
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	392,3	0,0	-392,3	-100,0%
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	2,9	2,7	-0,2	-6,4%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	117,2	325,2	208,0	177,4%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	400,0	202,2	-197,8	-49,5%
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	5,2	45,3	40,1	775,0%
Sudene	0,0	0,0	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções	-0,7	-10,2	-9,5	-
Proagro	785,0	654,4	-130,6	-16,6%
PNAFE	-42,8	-72,1	-29,3	68,3%
PRODECER	0,0	138,1	138,1	-
IV.3.21 Transferências ANA	118,4	110,3	-8,1	-6,9%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	349,0	148,6	-200,4	-57,4%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	***101.374,8***	***105.740,1***	***4.365,2***	***4,3%***
IV.4.1 Discricionárias Executivo	96.690,5	100.908,7	4.218,1	4,4%
IV.4.1.1 PAC	16.730,7	16.446,9	-283,8	-1,7%
d/q MCMV	5.999,7	2.564,6	-3.435,2	-57,3%
IV.4.1.2 Demais	79.878,0	84.383,7	4.505,6	5,6%
Min. da Saúde	36.467,5	38.396,5	1.929,0	5,3%
Min. do Des. Social	12.418,5	12.342,5	-76,0	-0,6%
Min. da Educação	13.797,8	13.798,1	0,4	0,0%
Demais	17.194,3	19.846,5	2.652,2	15,4%
IV.4.1.3 Emissões de TDA	5,0	8,0	3,0	60,0%
IV.4.2 LEJU/MPU	*4.684,3*	*4.831,4*	147,1	3,1%
Legislativo	*703,5*	*643,1*	-60,3	-8,6%
Judiciário	*3.259,9*	*3.201,4*	-58,5	-1,8%
Demais	*720,9*	986,8	265,9	36,9%

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - Valores de mai/16 - IPCA

Discriminação	2015 Jan-Mai	2016 Jan-Mai	Diferença Jan-Mai/16 Jan-Mai/15	Variação (%)
IV. DESPESA TOTAL	**479.894,3**	**486.721,9**	**6.827,6**	**1,4%**
IV.1 Benefícios Previdenciários	***184.887,2***	***194.586,7***	***9.699,5***	***5,2%***
Benefícios Previdenciários - Urbano	143.419,2	151.740,9	8.321,6	5,8%
Sentenças Judiciais e Precatórios	2.079,2	2.270,1	190,9	9,2%
Benefícios Previdenciários - Rural	41.468,0	42.845,8	1.377,8	3,3%
Sentenças Judiciais e Precatórios	605,7	648,1	42,4	7,0%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	***102.413,2***	***99.545,2***	***-2.867,9***	***-2,8%***
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	833,6	856,4	22,8	2,7%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	***79.638,4***	***85.385,0***	***5.746,6***	***7,2%***
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	19.962,7	25.966,7	6.004,0	30,1%
Abono	655,0	10.326,2	9.671,2	-
Seguro Desemprego	19.307,7	15.640,5	-3.667,2	-19,0%
d/q Seguro Defeso	2.460,7	774,8	-1.685,9	-68,5%
IV.3.2 Anistiados	108,8	101,5	-7,3	-6,7%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	1.421,8	140,6	-1.281,3	-90,1%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	562,2	222,6	-339,6	-60,4%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	19.600,9	20.447,4	846,5	4,3%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	421,4	391,8	-29,6	-7,0%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	2.648,8	2.274,0	-374,8	-14,1%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	1.395,4	2.128,1	732,6	52,5%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	12.620,9	10.181,7	-2.439,1	-19,3%
IV.3.10 Convênios	72,8	91,8	19,0	26,2%
IV.3.11 Doações	11,4	69,9	58,5	511,6%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	375,5	117,0	-258,4	-68,8%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	8.796,4	6.912,8	-1.883,6	-21,4%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	3.585,1	431,5	-3.153,6	-88,0%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	893,5	2.136,5	1.243,0	139,1%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	620,0	570,0	-50,0	-8,1%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	6.441,5	13.329,4	6.887,9	106,9%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	5.621,7	12.595,6	6.973,8	124,1%
Equalização de custeio agropecuário	899,3	1.199,9	300,6	33,4%
Equalização de invest. rural e agroindustrial	27,3	1.869,4	1.842,2	-
Política de preços agrícolas	28,9	-157,5	-186,5	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	19,5	68,3	48,8	250,3%
Equalização Aquisições do Governo Federal	-132,4	-263,0	-130,6	98,6%
Garantia à Sustentação de Preços	141,8	37,2	-104,7	-73,8%
Pronaf	693,1	3.149,6	2.456,4	354,4%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	641,4	3.165,8	2.524,4	393,6%
Concessão de Financiamento	51,8	-16,3	-68,0	-
Aquisição	0,0	0,0	0,0	-
Proex	261,6	377,3	115,7	44,2%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	340,5	315,5	-24,9	-7,3%
Concessão de Financiamento	-78,9	61,8	140,7	-
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	252,1	229,0	-23,1	-9,2%
Álcool	27,8	28,4	0,6	2,1%
Cacau	0,0	0,0	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA	30,7	16,3	-14,3	-46,7%
Funcafé	33,3	39,7	6,4	19,1%
Revitaliza	1,4	14,7	13,3	934,6%
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	2.340,0	5.252,6	2.912,6	124,5%
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	442,5	0,0	-442,5	-100,0%
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	3,2	2,8	-0,5	-14,4%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	129,1	329,6	200,6	155,4%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	446,4	207,8	-238,6	-53,5%
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	5,8	46,5	40,7	699,6%
Sudene	0,0	0,0	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções	-0,8	-10,5	-9,6	-
Proagro	865,0	666,1	-198,9	-23,0%
PNAFE	-45,3	-73,0	-27,7	61,2%
PRODECER	0,0	140,7	140,7	-
IV.3.21 Transferências ANA	131,5	111,8	-19,7	-15,0%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	389,1	151,7	-237,4	-61,0%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	***112.955,5***	***107.204,9***	***-5.750,5***	***-5,1%***
IV.4.1 Discricionárias Executivo	107.755,1	102.313,0	-5.442,1	-5,1%
IV.4.1.1 PAC	18.653,7	16.687,0	-1.966,7	-10,5%
d/q MCMV	6.694,8	2.602,0	-4.092,8	-61,1%
IV.4.1.2 Demais	89.011,6	85.547,7	-3.463,9	-3,9%
Min. da Saúde	40.635,5	38.920,9	-1.714,6	-4,2%
Min. do Des. Social	13.832,3	12.514,7	-1.317,7	-9,5%
Min. da Educação	15.364,4	14.001,8	-1.362,5	-8,9%
Demais	19.179,4	20.110,2	930,9	4,9%
IV.4.1.3 Emissões de TDA	89,8	78,4	-11,5	-12,8%
IV.4.2 LEJU/MPU	5.200,4	4.891,9	-308,5	-5,9%
Legislativo	782,1	651,2	-130,9	-16,7%
Judiciário	3.618,0	3.241,7	-376,3	-10,4%
Demais	800,2	999,0	198,8	24,8%

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - a Preços Correntes

Discriminação	Jan-Mai/2015						Jan-Mai/2016					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano [2/]			Dotação autorizada no ano [4/]	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano [2/]		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos [3/]	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos [3/]	Total
INVESTIMENTO TOTAL	**129.937,6**	**10.787,9**	**3.471,8**	**2.685,1**	**20.946,1**	**23.631,2**	**62.573,1**	**19.532,8**	**5.172,8**	**4.725,6**	**17.945,8**	**22.671,5**
Câmara dos Deputados	327,4	11,7	3,8	3,8	34,8	38,6	75,6	4,1	0,3	0,3	19,7	20,0
Senado Federal	87,4	4,0	1,2	1,2	21,1	22,2	35,2	11,8	0,2	0,2	25,8	25,9
Tribunal de Contas da União	111,6	37,5	1,7	1,7	34,9	36,7	59,3	33,8	2,3	2,3	38,6	40,8
Supremo Tribunal Federal	63,6	7,4	0,5	0,5	3,8	4,3	12,7	2,2	1,0	1,0	3,5	4,5
Superior Tribunal de Justiça	75,2	5,3	0,6	0,6	5,7	6,3	14,2	0,6	0,4	0,3	9,1	9,4
Justiça Federal	653,1	44,8	4,3	4,1	106,2	110,4	242,2	173,6	1,5	1,5	92,5	93,9
Justiça Militar	21,3	1,8	0,2	0,2	3,2	3,4	3,5	0,2	0,1	0,1	2,8	2,9
Justiça Eleitoral	572,6	36,6	2,3	2,2	107,5	109,7	116,1	10,3	2,3	2,1	107,4	109,4
Justiça do Trabalho	633,2	62,8	4,4	3,4	151,6	155,0	166,9	13,4	3,6	3,5	114,0	117,5
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	132,4	12,1	1,5	0,3	16,7	17,0	34,3	4,3	0,9	0,8	40,4	41,2
Conselho Nacional de Justiça	118,2	0,2	0,0	0,0	3,1	3,1	69,4	2,2	0,3	0,3	24,0	24,3
Presidência da República [5/]	5.541,1	1.279,2	1.077,8	1.077,7	611,0	1.688,7	3.509,0	580,1	513,3	511,6	484,5	996,0
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	404,2	4,0	0,0	0,0	189,6	189,6	327,4	8,8	0,6	0,6	95,3	95,9
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.657,1	57,2	0,0	0,0	219,0	219,0	938,3	308,2	3,3	3,2	137,1	140,3
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.367,8	73,5	50,6	4,2	334,3	338,5	625,7	158,5	54,3	28,2	241,4	269,6
Ministério da Fazenda	1.631,3	67,2	37,4	37,3	387,5	424,7	2.032,9	682,3	638,3	638,2	144,4	782,6
Ministério da Educação	18.224,9	1.082,2	251,4	159,6	2.492,1	2.651,6	6.653,0	1.026,8	226,1	137,5	2.212,3	2.349,8
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	354,3	1,9	1,0	1,0	14,2	15,2	255,6	1,8	0,5	0,5	2,5	3,0
Defensoria Pública da União	66,5	13,9	6,5	6,5	8,7	15,2	21,5	3,1	0,9	0,9	8,3	9,1
Ministério da Justiça	2.108,1	50,8	2,6	2,3	209,3	211,6	1.088,4	191,4	13,8	13,2	311,3	324,5
Ministério de Minas e Energia	197,6	4,3	0,1	0,1	56,3	56,4	5.757,0	1.003,9	1.000,4	1.000,3	21,8	1.022,1
Ministério da Previdência Social	150,3	6,0	2,1	1,0	21,5	22,5	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	1,2
Ministério Público da União	497,4	19,0	9,9	9,9	97,3	107,2	157,6	9,9	3,9	3,9	117,2	121,1
Ministério das Relações Exteriores	63,7	5,7	4,4	4,4	4,6	9,0	29,2	1,3	0,4	0,4	4,3	4,7
Ministério da Saúde	11.757,2	771,9	376,7	185,2	1.002,1	1.187,3	6.921,1	1.685,8	397,6	279,1	1.105,3	1.384,4
Ministério do Trabalho e Emprego	183,0	0,6	0,1	0,0	15,6	15,6	0,0	0,0	0,0	0,0	3,8	3,8
Ministério dos Transportes	19.108,8	2.401,8	340,5	131,9	4.493,0	4.624,9	8.496,7	3.998,1	521,8	344,0	4.463,5	4.807,5
Ministério do Trabalho e Previdência Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	162,2	6,3	1,2	1,0	18,7	19,7
Ministério das Comunicações	1.365,3	276,8	75,0	75,0	-6,9	68,1	554,1	389,7	312,1	312,0	-78,7	233,3
Ministério da Cultura	495,9	32,6	5,0	3,3	74,4	77,8	204,0	53,5	21,7	11,7	64,6	76,3
Ministério do Meio Ambiente	230,1	11,2	2,0	2,0	19,4	21,4	156,3	7,3	1,0	0,9	22,1	23,0
Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.417,9	8,3	0,0	0,0	110,0	110,0	1.317,6	307,1	29,8	29,2	185,0	214,3
Ministério do Esporte	3.043,2	135,1	0,1	0,1	419,9	420,0	1.100,1	509,6	15,0	14,9	409,4	424,3
Ministério da Defesa	13.368,6	1.541,5	571,0	331,7	2.283,1	2.614,9	7.767,2	3.748,1	392,6	372,6	3.487,2	3.859,8
Ministério da Integração Nacional	6.780,1	345,6	104,5	101,2	1.475,7	1.576,9	4.814,8	1.243,8	103,7	101,6	1.256,5	1.358,1
Ministério do Turismo	1.518,8	36,8	0,0	0,0	162,5	162,5	587,7	251,0	0,0	0,0	166,1	166,1
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	639,8	1,2	0,0	0,0	85,4	85,4	269,5	134,6	23,8	23,8	230,2	254,0
Ministério das Cidades	32.404,5	2.335,3	532,7	532,7	5.671,3	6.204,0	7.874,4	2.965,4	884,1	884,0	2.346,8	3.230,8
Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	94,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério da Pesca e Agricultura	461,8	0,0	0,0	0,0	4,2	4,2	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	1,2
Conselho Nacional do Ministério Público	4,1	0,1	0,0	0,0	1,8	1,8	0,7	0,0	0,0	0,0	0,8	0,8
Advocacia Geral da União	98,3	0,0	0,0	0,0	0,6	0,6	27,0	0,0	0,0	0,0	4,2	4,2

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Corresponde ao investimento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contemplando grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

2/ Despesas pagas correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela 1.1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

3/ Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte.

4/ Incorpora os efeitos da perda de eficácia da Medida Provisória nº 598/12 em 03 de junho de 2013.

5/ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União.

Tabela 6.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões - a Preços Correntes

Discriminação	2015	2016		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Maio	Abril	Maio	Mai/16 Abr/16		Mai/16 Mai/15	
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	**17.566,9**	**45.712,0**	**3.082,2**	**-42.629,7**	**-61,6%**	**-14.484,6**	**-82,5%**
Emissão de Títulos	9.930,7	35.923,3	0,0	-35.923,3	-100,0%	-9.930,7	-100,0%
Remuneração das Disponibilidades	6.833,7	8.872,8	2.051,6	-6.821,2	-76,9%	-4.782,0	-70,0%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	802,4	915,9	1.030,6	114,7	12,5%	228,1	28,4%
Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2. DESPESAS NO BACEN	**26.550,7**	**39.500,0**	**6.749,4**	**-32.750,6**	**-82,9%**	**-19.801,3**	**-74,6%**
Resgate de Títulos	19.877,7	36.141,2	0,0	-36.141,2	-100,0%	-19.877,7	-100,0%
Encargos da DPMF	6.672,9	3.358,8	6.749,4	3.390,6	100,9%	76,5	1,1%
3. RESULTADO (1 - 2)	**-8.983,8**	**6.212,0**	**-3.667,2**	**-9.879,2**	**-**	**5.316,6**	**-59,2%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB´s.

Tabela 6.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - a Preços Correntes

Discriminação	2015 Jan-Mai	2016 Jan-Mai	Diferença Jan-Mai/16 Jan-Mai/15	Variação (%)
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	**172.379,6**	**235.489,9**	**63.110,2**	**36,6%**
Emissão de Títulos	43.996,8	35.923,3	-8.073,5	-
Remuneração das Disponibilidades	31.602,4	37.918,9	6.316,5	20,0%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	3.775,1	5.361,8	1.586,7	42,0%
Resultado do Banco Central	93.005,4	156.285,9	63.280,6	-
2. DESPESAS NO BACEN	**134.800,7**	**128.749,4**	**-6.051,3**	**-4,5%**
Resgate de Títulos	101.192,4	92.641,2	-8.551,3	-8,5%
Encargos da DPMF	33.608,2	36.108,3	2.500,0	7,4%
3. RESULTADO (1 - 2)	**37.578,9**	**106.740,4**	**69.161,5**	**184,0%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB´s.

Tabela 7.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal
R$ Milhões - a Preços Correntes

Discriminação	2015	2016		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Maio	Abril	Maio	Mai/16 Abr/16		Mai/16 Mai/15	
1. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	1.087.519,4	1.314.696,8	1.355.661,8	40.965,0	3,1%	268.142,3	24,7%
Dívida Interna	3.459.908,3	3.933.372,3	4.014.303,2	80.930,9	2,1%	554.394,9	16,0%
DPMFi em Poder do Público [1/]	***2.372.046,2***	***2.670.191,2***	***2.744.166,9***	***73.975,7***	***2,8%***	***372.120,7***	***15,7%***
LFT	495.005,8	722.614,8	734.129,2	11.514,4	1,6%	239.123,5	48,3%
LTN	731.811,2	614.358,9	655.956,2	41.597,4	6,8%	-75.855,0	-10,4%
NTN-B	729.769,0	865.446,9	873.351,2	7.904,4	0,9%	143.582,3	19,7%
NTN-C	74.325,0	81.748,6	83.072,7	1.324,1	1,6%	8.747,8	11,8%
NTN-F	300.914,5	340.257,3	350.080,8	9.823,5	2,9%	49.166,3	16,3%
Dívida Securitizada	6.805,0	7.468,2	7.430,7	-37,5	-0,5%	625,6	9,2%
Demais Títulos em Poder do Público	33.415,8	38.296,6	40.146,0	1.849,4	4,8%	6.730,2	20,1%
DPMFi em Poder do Banco Central	***1.112.021,4***	***1.297.562,8***	***1.304.522,8***	***6.960,0***	***0,5%***	***192.501,4***	***17,3%***
LFT	169.987,1	256.356,0	259.197,4	2.841,4	1,1%	89.210,3	52,5%
LTN	397.005,4	372.195,7	375.955,1	3.759,4	1,0%	-21.050,3	-5,3%
Demais Títulos na Carteira do BCB	545.029,0	669.011,1	669.370,3	359,2	0,1%	124.341,3	22,8%
(-) Aplicações em Títulos Públicos	***-32.839,6***	***-34.604,4***	***-34.587,6***	***16,7***	***0,0%***	***-1.748,0***	***5,3%***
Demais Obrigações Internas	***8.680,3***	***222,7***	***201,2***	***-21,5***	***-9,7%***	***-8.479,1***	***-97,7%***
Haveres Internos	2.372.388,9	2.618.675,5	2.658.641,5	39.965,9	1,5%	286.252,5	12,1%
Disponibilidades Internas	***711.047,3***	***909.584,7***	***938.082,4***	***28.497,7***	***3,1%***	***227.035,1***	***31,9%***
Haveres junto aos Governos Regionais	***554.355,4***	***551.382,5***	***553.180,6***	***1.798,1***	***0,3%***	***-1.174,8***	***-0,2%***
Bônus Renegociados	6.205,1	6.417,0	5.635,9	-781,1	-12,2%	-569,2	-9,2%
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	773,6	696,3	689,9	-6,4	-0,9%	-83,7	-10,8%
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	12.920,4	13.642,2	13.748,5	106,3	0,8%	828,1	6,4%
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	12.481,0	10.778,0	11.717,7	939,7	8,7%	-763,3	-6,1%
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	436.252,9	476.336,8	478.480,0	2.143,2	0,4%	42.227,1	9,7%
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	79.336,5	39.749,7	39.351,3	-398,4	-1,0%	-39.985,2	-50,4%
Antecipação de Royalties	4.298,7	3.627,0	3.418,3	-208,8	-5,8%	-880,4	-20,5%
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.087,2	135,5	139,1	3,6	2,7%	-1.948,2	-93,3%
Haveres da Administração Indireta	***397.079,3***	***446.234,0***	***451.695,5***	***5.461,5***	***1,2%***	***54.616,2***	***13,8%***
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	204.052,9	223.912,9	225.489,9	1.577,0	0,7%	21.437,0	10,5%
Fundos Constitucionais Regionais	97.550,2	107.091,2	108.190,7	1.099,5	1,0%	10.640,5	10,9%
Fundos Diversos	95.476,2	115.229,9	118.014,9	2.785,0	2,4%	22.538,7	23,6%
Haveres Administrados pela STN	***709.907,0***	***711.474,3***	***715.683,0***	***4.208,7***	***0,6%***	***5.776,0***	***0,8%***
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.850,8	932,0	932,0	0,0	0,0%	-4.918,9	-84,1%
Haveres de Operações Estruturadas	76.962,1	78.059,0	78.928,6	869,6	1,1%	1.966,5	2,6%
Haveres Originários de Privatizações	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Haveres de Legislação Específica	598.434,8	607.125,2	610.376,1	3.250,9	0,5%	11.941,3	2,0%
Demais Haveres Administrados pela STN	28.659,3	25.358,1	25.446,4	88,3	0,3%	-3.212,9	-11,2%
2. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	123.512,0	129.430,4	134.148,6	4.718,2	3,6%	10.636,6	8,6%
Dívida Externa	124.187,9	129.596,4	134.699,0	5.102,6	3,9%	10.511,1	8,5%
Dívida Mobiliária	***112.911,8***	***117.710,7***	***122.418,7***	***4.708,0***	***4,0%***	***9.506,8***	***8,4%***
Euro	4.690,9	5.280,9	5.376,9	96,0	1,8%	686,0	14,6%
Global US$	94.475,4	101.770,1	106.295,8	4.525,8	4,4%	11.820,4	12,5%
Global BRL	13.745,5	10.659,8	10.745,9	86,1	0,8%	-2.999,6	-21,8%
Demais Títulos Externos	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Dívida Contratual	***11.276,1***	***11.885,7***	***12.280,4***	***394,6***	***3,3%***	***1.004,3***	***8,9%***
Organismos Multilaterais	4.203,3	4.313,9	4.439,9	125,9	2,9%	236,6	5,6%
Credores Privados e Ag. Governamentais	7.072,8	7.571,8	7.840,5	268,7	3,5%	767,7	10,9%
Haveres Externos	676,0	166,0	550,5	384,4	231,6%	-125,5	-18,6%
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	***676,0***	***166,0***	***550,5***	***384,4***	***231,6%***	***-125,5***	***-18,6%***
3. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (1+2)	1.211.031,4	1.444.127,2	1.489.810,3	45.683,1	3,2%	278.779,0	23,0%
4. DIVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB [2/]	20,9%	24,1%	24,8%	0,7%	2,9%	3,88%	18,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

2/ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Tabela 8.1. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Mensal
R$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2015	2016		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Maio	Abril	Maio	Mai/16 Abr/16		Mai/16 Mai/15	
I.1 - Receita Administrada pela RFB	**58.504,6**	**76.892,6**	**60.278,3**	**-16.614,3**	**-21,6%**	**1.773,7**	**3,0%**
I.1.1 Imposto de Importação	2.828,4	2.321,7	2.576,6	***255,0***	***11,0%***	***-251,8***	***-8,9%***
I.1.2 IPI	3.887,1	3.684,9	4.079,5	394,6	10,7%	192,3	4,9%
I.1.2.1 IPI - Fumo	344,2	397,7	976,1	578,4	145,4%	631,9	183,6%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	245,2	200,3	219,7	19,3	9,7%	-25,5	-10,4%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	316,9	324,4	252,3	-72,1	-22,2%	-64,6	-20,4%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.299,8	1.087,3	1.078,2	-9,1	-0,8%	-221,7	-17,1%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.681,0	1.675,1	1.553,2	-121,9	-7,3%	-127,8	-7,6%
I.1.3 Imposto de Renda	22.787,2	36.440,8	23.306,0	-13.134,8	-36,0%	518,8	2,3%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	2.873,7	7.843,0	2.923,6	-4.919,5	-62,7%	49,8	1,7%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	6.116,0	13.807,5	6.782,4	-7.025,0	-50,9%	666,4	10,9%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	13.797,5	14.790,3	13.600,0	-1.190,3	-8,0%	-197,5	-1,4%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	7.605,1	8.160,2	7.805,3	-354,9	-4,3%	200,2	2,6%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.005,1	3.997,9	3.358,4	-639,4	-16,0%	353,4	11,8%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	2.447,0	1.834,0	1.669,6	-164,4	-9,0%	-777,4	-31,8%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	740,3	798,2	766,6	-31,6	-4,0%	26,3	3,6%
I.1.4 IOF	2.889,2	2.884,7	2.781,1	-103,6	-3,6%	-108,1	-3,7%
I.1.5 COFINS	16.448,0	17.191,4	16.803,8	-387,6	-2,3%	355,8	2,2%
I.1.6 PIS/PASEP	4.429,1	4.490,8	4.401,8	-89,0	-2,0%	-27,3	-0,6%
I.1.7 CSLL	3.398,8	7.677,9	4.104,6	-3.573,3	-46,5%	705,8	20,8%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,1	0,0	133,7%	0,0	107,9%
I.1.9 CIDE Combustíveis	44,0	471,4	486,8	15,4	3,3%	442,8	-
I.1.10 Outras	1.792,9	1.729,1	1.738,1	9,0	0,5%	-54,8	-3,1%

Tabela 8.2. Receita Administrada pela RFB ¯ Valores Brutos - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2015 Jan-Mai	2016 Jan-Mai	Diferença Jan-Mai/16 Jan-Mai/15	Variação (%)
I.1 - Receita Administrada pela RFB	**340.706,9**	**347.499,0**	**6.792,1**	**2,0%**
I.1.1 Imposto de Importação	16.321,8	13.408,5	-2.913,3	-17,8%
I.1.2 IPI	20.771,3	18.679,3	-2.092,0	-10,1%
I.1.2.1 IPI - Fumo	2.449,3	2.987,1	537,8	22,0%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	1.276,3	997,0	-279,3	-21,9%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	1.769,2	1.178,5	-590,6	-33,4%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	6.936,7	5.685,1	-1.251,6	-18,0%
I.1.2.5 IPI - Outros	8.339,8	7.831,5	-508,2	-6,1%
I.1.3 Imposto de Renda	143.598,6	148.109,0	4.510,4	3,1%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	13.964,3	14.687,6	723,3	5,2%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	57.862,3	58.370,8	508,5	0,9%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	71.772,1	75.050,6	3.278,5	4,6%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	40.858,5	42.354,7	1.496,2	3,7%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	16.153,2	18.781,2	2.628,0	16,3%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	9.998,1	9.677,6	-320,6	-3,2%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	4.762,2	4.237,1	-525,1	-11,0%
I.1.4 IOF	13.775,8	14.045,1	269,3	2,0%
I.1.5 COFINS	82.857,2	85.113,8	2.256,6	2,7%
I.1.6 PIS/PASEP	22.494,9	22.874,9	380,0	1,7%
I.1.7 CSLL	31.018,8	33.814,0	2.795,3	9,0%
I.1.8 CPMF	0,3	0,2	-0,1	-39,2%
I.1.9 CIDE Combustíveis	46,0	2.382,4	2.336,4	-
I.1.10 Outras	9.822,2	9.071,8	-750,4	-7,6%

Boletim

FPM / FPE / IPI - Exportação

Em maio de 2016 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal do Brasil apresentaram acréscimo de 33,0% quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPM/FPE atingiram o montante de R$ 13,3 bilhões, ante R$ 10,0 bilhões no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: > Governo (Estadual ou Municipal) > Gestão > Gestão de Recursos > Repasses de recursos.

Distribuição do FPM/FPE

R$ Milhões

Origens	2015			2016			Variação Nominal		
	Abril	Maio	Até Maio	Abril	Maio	Até Maio	Mai/16 Abr/16	Mai/16 Mai/15	Até Mai/16 Mai/15
FPM	5.220,4	6.419,6	29.623,5	5.133,1	6.825,7	29.063,7	33,0%	6,3%	-1,9%
FPE	4.988,3	6.134,3	28.306,9	4.904,9	6.522,4	27.772,0	33,0%	6,3%	-1,9%
IPI - Exp	296,7	334,7	1.689,0	276,4	313,9	1.492,8	13,6%	-6,2%	-11,6%

Obs.: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

Previsto X Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Maio	28,9%	33,0%	28,9%	33,0%	-1,8%	13,6%

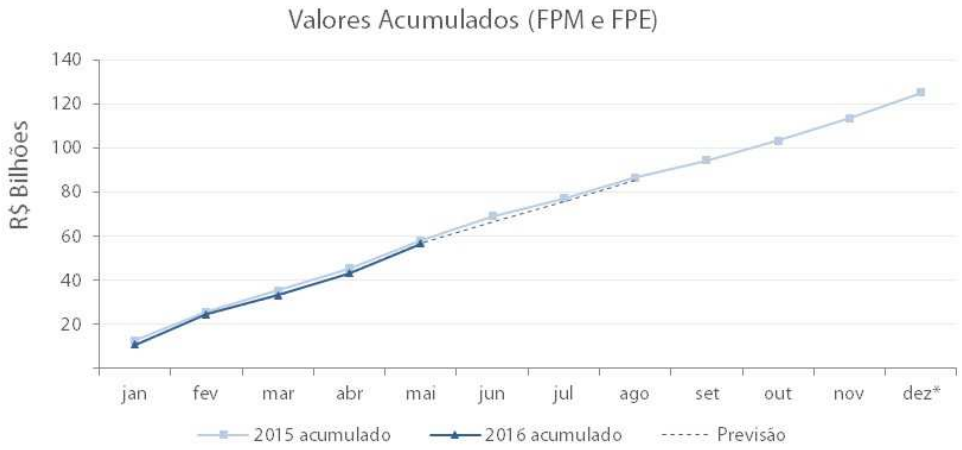
Obs.: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior .

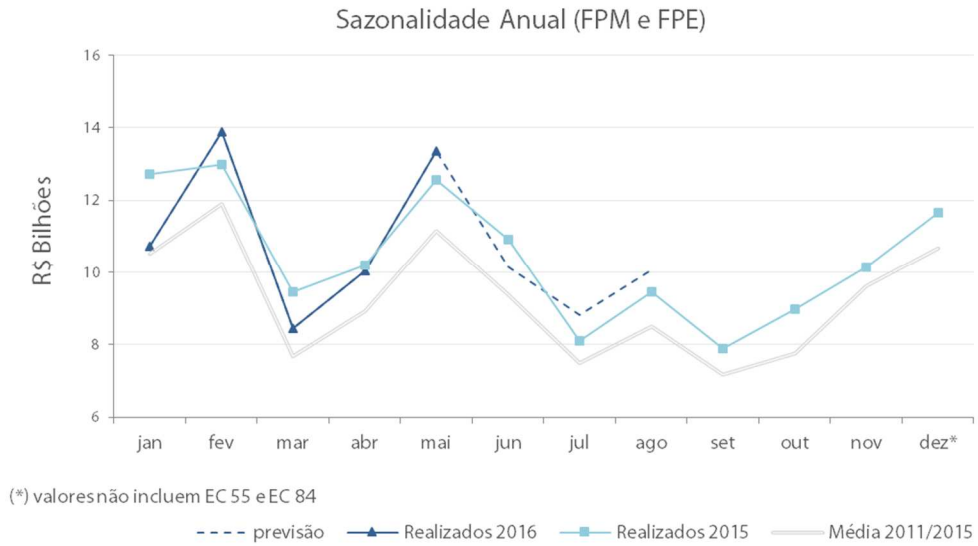
Estimativa Trimestral

FUNDOS	Junho	Julho	Agosto
FPM	-24,0%	-13,0%	14,0%
FPE	-24,0%	-13,0%	14,0%
IPI - EXP	-29,5%	36,0%	-1,0%

Obs.: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior .

Gráficos





Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/04/2016 a 20/05/2016, conforme demonstrativo abaixo:

R$ Milhões

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
ABR/3º DEC	2.193,2	22.755,6	24.948,8	MAI/1º DEC	4.291,2	4.490,8	175,5	8.957,4
MAI/1º DEC	1.292,2	1.309,6	2.601,8	MAI/2ª DEC	447,5	468,3	103,4	1.019,2
MAI/2ª DEC	438,0	9.932,1	10.370,1	MAI/3º DEC	1.783,7	1.866,6	35,0	3.685,3
TOTAL	3.923,5	33.997,2	37.920,7	**TOTAL**	6.522,4	6.825,7	313,9	13.662,0

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;
- Não ocorrência de Classificação por Estimativa. Não ocorrência de Depósitos Judiciais.

Distribuição de Fundos

R$ Mil

ESTADOS	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
Acre	AC	36.334,5	223.145,8	20,5
Alagoas	AL	162.529,6	271.350,4	175,8
Amazonas	AM	104.671,1	182.043,4	2.112,2
Amapá	AP	26.719,7	222.548,9	623,9
Bahia	BA	635.423,9	612.822,0	15.192,3
Ceará	CE	338.630,3	478.518,6	2.250,2
Distrito Federal	DF	11.569,0	45.016,3	517,8
Espírito Santo	ES	119.974,3	97.853,2	19.770,3
Goiás	GO	250.179,4	185.437,4	7.695,3
Maranhão	MA	283.251,5	470.790,3	4.076,2
Minas Gerais	MG	895.966,8	290.541,1	37.690,2
Mato Grosso do Sul	MS	101.342,2	86.891,5	6.154,6
Mato Grosso	MT	124.481,2	150.521,2	4.539,9
Pará	PA	239.457,4	398.652,2	16.708,1
Paraíba	PB	220.518,6	312.339,4	329,3
Pernambuco	PE	335.467,2	450.019,8	1.627,4
Piauí	PI	181.000,4	281.856,0	74,2
Paraná	PR	460.927,4	188.037,5	26.250,4
Rio de Janeiro	RJ	200.648,1	99.688,3	56.681,9
Rio Grande do Norte	RN	168.910,8	272.498,5	385,8
Rondônia	RO	60.215,0	183.666,2	1.146,4
Roraima	RR	33.941,3	161.808,7	5,8
Rio Grande do Sul	RS	461.551,4	153.562,9	27.973,6
Santa Catarina	SC	266.204,5	83.479,8	18.672,6
Sergipe	SE	99.255,0	271.006,2	97,0
São Paulo	SP	909.580,0	65.216,0	62.775,6
Tocantins	TO	96.972,7	283.045,6	330,8
TOTAL		**6.825.723,1**	**6.522.357,5**	**313.878,0**

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

No Diário Oficial da União do dia 7 de dezembro de 2015, foi publicada a Portaria STN nº 726, de 4 de dezembro de 2015, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2016, disponível no endereço: https://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais - COINT
Fone: (61) 3412-3051
Email: coint.df.stn@fazenda.gov.br ou transferencias.stn@fazenda.gov.br